

Maria do Carmo dos Santos Bastos

LUZES E SOMBRAS

A HISTÓRIA DA EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S.A.

**UFSC
1998**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUZES E SOMBRAS

A HISTÓRIA DA EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S.A

Maria do Carmo dos Santos Bastos

**Florianópolis
1998**

Maria do Carmo dos Santos Bastos

LUZES E SOMBRAS

A HISTÓRIA DA EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S.A.

Dissertação de Mestrado apresentada à
Comissão Julgadora da Universidade Federal
de Santa Catarina, como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Schmitz.

**Universidade Federal de Santa Catarina
1998**

**LUZES E SOMBRAS. A HISTÓRIA DA EMPRESA FORÇA
E LUZ SANTA CATARINA S. A.**

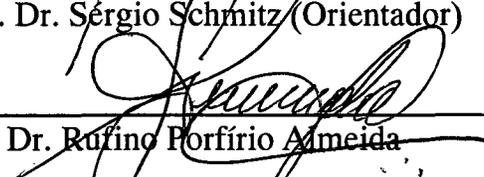
MARIA DO CARMO DOS SANTOS BASTOS

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

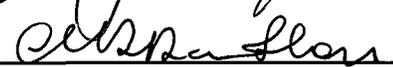
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Orientador)



Prof. Dr. Rufino Porfírio Almeida



Prof.ª Dr.ª Maria Bernardete Ramos Flores

Prof. Dr. Valberto Dirksen (Suplente)

Florianópolis, 27 de julho de 1998.

DEDICATÓRIA

**Dedico este trabalho a Carlos Miguel
Teixeira Ott, meu filho, concebido e
nascido durante a realização do Curso.**

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
EPÍGRAFE.....	ix
AGRADECIMENTOS.....	x
ABREVIATURAS.....	xii
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
CAPÍTULO I MIL AGENCIAMENTOS.....	24
CAPÍTULO II ELETRICIDADE E SUBJETIVIDADE.....	45
CAPÍTULO III SUBJETIVIDADE E SINGULARIDADES.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
FONTES.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	107
ANEXOS.....	113

ABSTRACT

BASTOS, Maria do Carmo dos Santos. **Lights and shadows: the history of the Power and Light Santa Catarina Company.** Florianópolis. 120 p. Master thesis in History. University of Santa Catarina.

Oriented by Sérgio Schmitz (PHd)

Defense: 27/07/98

A historical analysis of the Power and Light Santa Catarina Company (1909-1964) had as object of reflexion not only the enterprise history or the organizational dynamic, but mainly, the men who constructed the Company. Men considered in his social dimension, shaping different spaces and territories, creating certain types of subjectivity, according to the producer agencyment of the social field. Agencyment that has as the final objective the control of the workers. The role of State, both in Brazil and in Santa Catarina, is show.

Key words: Electric energy. Subjectivity. Agencyment.

**Luz, mais luz.
W. Goethe**

AGRADECIMENTOS

Agradeço às seguintes pessoas:

Prof. Dr. Sérgio Schmitz, pela orientação segura e constante;

Prof^ª. Dr.^a. Maria Bernadete Ramos Flores, Coordenadora do Curso de Mestrado em História, pelas aulas inspiradoras e sugestões durante a pré-banca;

Prof^ª. Dr.^a. Joana Maria Pedro, Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pelas reflexões provocadoras;

Prof^ª. Dr.^a. Bernadete Aued, vice-diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pelas indicações bibliográficas;

Profs. Drs. Valberto Dirksen, Élio Cantalício Serpa e Artur César Isaia, do Departamento de História, pelas contribuições fornecidas na discussão do trabalho;

Profs. Drs. Rafael Rafaelli, Clélia Schultz e Nythamar Almeida, pela oportunidade de cursar disciplinas complementares à minha área de formação;

Roberto Severino, colega de turma e aqui representando todos os meus outros colegas, pela cordial convivência durante o curso;

Maria Nazaré Wagner e Jorge Luís Nunes Coelho, servidores técnicos administrativos da Coordenação de Pós Graduação em História, pela presteza, competência e cordialidade com que atenderam e resolveram as questões burocráticas;

Alfredo Gonçalves, aqui representando os trabalhadores da FORÇALUZ e da CELESC, pela paciência, atenção e gentileza em dedicar seu tempo às entrevistas, fornecendo informações que tornaram este trabalho possível;

José Roberto dos Santos, pela elaboração computacional do agenciograma constante deste trabalho;

Valdemir Miotello e Isabel Brito, amigos e compadres, pela leitura crítica e sugestões;

Elton e Cristiana Chiaradia, pelo incentivo e pela revisão criteriosa dos originais.

Ari Miguel Teixeira Ott, pelo companheirismo e paciência.

Agradeço igualmente, às seguintes Instituições:

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, pela oportunidade em realizar o Curso de Mestrado em História;

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante o período de realização do curso;

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, Direção Regional de Blumenau, pelas facilidades de locomoção e de irrestrito acesso as dependências e aos arquivos da empresa;

Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí – SINTEVI, pela riqueza das informações fornecidas.

Desnecessário dizer que devo a estas pessoas e instituições os acertos existentes nesta dissertação. Naturalmente, não recai sobre nenhuma delas qualquer responsabilidade por erros ou omissões que possam ter persistido no texto.

ABREVIATURAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEE - Comissão de Energia Elétrica

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia

CUF - Comissão para Unificação de Frequência

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELFFA - Empresa de Luz e Força de Florianópolis S.A.

EMPRESUL - Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A.

FORÇALUZ - Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.

ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IUEE - Imposto Único sobre Energia Elétrica

PLAMEG - Plano de Metas do Governo

POE - Plano de Obras e Equipamentos

SINTEVI - Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A constituição da Empresa de Eletricidade Salto, em 1909, pode ser considerada um marco na história do município de Blumenau, porque foi ela a responsável pela construção da primeira usina hidrelétrica de porte do Estado de Santa Catarina¹, fornecendo eletricidade urbana, residencial e industrial para a cidade. As obras da Usina Salto Weissbach iniciaram-se em 1911, após duas décadas de estudos e de diversos projetos. Inaugurada em 1914, *esta usina tornou-se o coração industrial de uma das mais prósperas regiões de Santa Catarina, o Vale do Itajaí* (ENTRES, 1929:1).

Em 1920, apesar de estar se expandindo e crescendo, a Empresa de Eletricidade Salto foi vendida para empresários paulistas, passando a denominar-se Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. - FORÇALUZ. Quatro anos depois ela foi recomprada por um grupo de empresários catarinenses, mantendo a nova denominação e mudando definitivamente a matriz para Blumenau.

Nestes 55 anos de existência - em 1964 ela foi incorporada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC - a FORÇALUZ ampliou a sua área de geração com a construção de mais duas usinas (Cedros e Palmeiras) e sua área de distribuição por todo o

¹ Até a inauguração da Usina Salto Weissbach, o sistema elétrico catarinense possuía três usinas: Usina Maruim inaugurada em 1907 com 600 KW de capacidade instalada em Florianópolis, hoje município de São Pedro de Alcântara; Usina Pirai inaugurada em 1908 com 400 KW de capacidade instalada em Joinville e Usina São Lourenço inaugurada em 1914 com 420 KW de capacidade instalada em Canoinhas. A Usina Salto Weissbach possuía capacidade de 6.300 KW. (CELESC. Evolução Histórica do Complexo de Geração Hidrelétrica em Santa Catarina. Florianópolis, s.d. Catálogo de divulgação).

Vale do Itajaí, tendo contribuído decisivamente para o desenvolvimento industrial da região.

Esta dissertação estará centrada, portanto, na história desta empresa. Mas, para além da enumeração e descrição dos fatos que constituem a história da FORÇALUZ, que durante sua existência foi a única no setor em sua área de atuação, também serão analisadas as suas especificidades e relações, apontando-se os agenciamentos estabelecidos por seus proprietários e dirigentes para a sua constituição e consolidação. Da mesma forma, será descrito e analisado o papel do Estado na regulação, intervenção e estatização do setor elétrico. Quanto aos trabalhadores, não se pretende denunciar a exploração a que eles estiveram submetidos, pois seria apontar o óbvio, dado que o processo produtivo da FORÇALUZ era tipicamente capitalista. Desta forma, sustentava-se em um modelo de trabalhador que pressupunha determinado modo de ser, em que a submissão às normas, o respeito à hierarquia e o comportamento disciplinado eram qualidades indispensáveis e essenciais. Estas características não são inatas e nem exclusivas dos trabalhadores da FORÇALUZ, encontrando-se em praticamente todas as empresas do sistema capitalista.

Mas, como se verá neste caso específico, como empresa de eletricidade a FORÇALUZ possuía uma característica própria, pois a energia elétrica, diferente de outros produtos, tem que ser produzida e imediatamente consumida, não podendo ser estocada para depois ser comercializada. Sua produção e distribuição exigiam dos trabalhadores uma dedicação integral e permanente. Muitos destes trabalhadores moravam dentro das usinas, enquanto outros, apesar de terem suas residências fora delas, tinham que estar à disposição

da empresa em caso de interrupção da luz, gerando vínculos diferenciados com o trabalho. Além disso, pelos grandes riscos envolvidos, em uma época em que os cuidados com a segurança no trabalho não faziam parte das preocupações mais imediatas das empresas, estes trabalhadores arriscavam suas próprias vidas na execução de suas tarefas.

Assim, para operar uma usina ou para trabalhar na rede de distribuição da energia elétrica os trabalhadores foram sendo dotados de uma série de conhecimentos e especializações que lhes moldaram os comportamentos, segundo as necessidades da empresa. Nesse sentido, indicar-se-á que a FORÇALUZ, além de produzir energia elétrica, produzia também subjetividades.

Como principal aporte teórico desta dissertação utilizarei dois autores: Félix Guattari e Gilles Deleuze². Para eles, as relações de produção não são separadas de outras relações que os homens mantêm em seu cotidiano, pois se imbricam em relações sociais, políticas, culturais, de poder, etc. São relações sociais, produzidas e vivenciadas por homens que se organizam em territórios. Estes territórios são os diferentes espaços vividos pelos homens: sociais, laborais, culturais, estéticos, cognitivos, entre outros.

Nesse sentido, a produção de subjetividades dependerá dos espaços freqüentados, das tarefas executadas, das relações estabelecidas com o seu trabalho, com o patrão, com os

² Irei me apoiar nas seguintes obras: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994 - Vol. I e 1995 - Vol. II. GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996, 4ª ed.. GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1991. 3ª ed..

companheiros da empresa, com a família, de como a pessoa aceita e/ou questiona as normas impostas e os discursos produzidos.

Esses territórios não são fixos e imutáveis. Ao contrário, podem se desfazer – *desterritorialização* – e se refazer – *reterritorialização* – a todo momento. À medida que o espaço social se modifica, o homem o acompanha, alterando as maneiras de compreender e se mover no mundo. Neste processo dinâmico, neste fluxo múltiplo e contínuo, desaparecem as dicotomias e alteridades, substituídas por agenciamentos de relações interligadas, que se entrelaçam e se conectam como em uma máquina, na qual uma engrenagem move a outra. Cada movimento é, ao mesmo tempo, produção e expressão de novos conhecimentos. Os autores derivam desta concepção o conceito maquínico, usado como metáfora do funcionamento do social: uma grande máquina.

Os agenciamentos são múltiplos e independentes, produzindo mundos e territórios existenciais. Este conceito amplia a noção de estrutura, sistema e forma, pois abarca componentes de ordem biológica, social, imaginária, epistêmica e maquínica. O conceito que mais se aproxima desta visão seria a idéia de *campo* de BOURDIEU (1989). Neste caso, o autor não está falando especificamente do social, científico, político, jurídico, artístico ou religioso, mas sim da intersecção destes campos. Para ele, as relações se organizam no que se poderia chamar de *campo conjuntural de disputas*.

Nesta perspectiva, a produção de subjetividades é relacional e está comprometida a territórios e a tempos. É essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas

existências particulares. Elimina-se, portanto, o caráter determinista e inato de uma identidade supostamente pré-determinada, inviabilizando, ao mesmo tempo, a utilização do conceito de natureza humana.

O conceito de *natureza humana* é apriorístico, implicando no fato de que nascer com um corpo humano nos tornaria homens. Isto é diferente do conceito de *condição humana*, na qual é preciso mais do que um corpo humano para ser homem. É necessário que este homem genérico e amorfo seja inserido em uma sociedade e que, na e pela cultura, se humanize. Ser homem, neste sentido, é uma condição histórica, à medida que é na sociedade que ele se constituirá. O homem, portanto, é relacional, e de suas relações é que se estabelecerá a subjetividade.

A subjetividade é essencialmente fabricada, modelada por *máquinas de produção da subjetividade*, para usar a expressão dos autores citados, e são variadas. Em sistemas ou sociedades tradicionais a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, recreativa, religiosa, educacional, cultural, etc. Atualmente, nas sociedades modernas, as máquinas de produção de subjetividade se dão de forma globalizada, através dos meios de comunicação de massa³.

³ É preciso chamar a atenção que GUATTARI, está se referindo a um mundo onde as relações são permeadas por máquinas. Contudo, segundo ele, mesmo nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas as sociedades também eram engendradas por *diversas máquinas iniciáticas, sociais, retóricas, embutidas nas instituições clânicas, religiosas, militares, corporativistas, etc.*, que o próprio autor reagrupará sob a denominação geral de *equipamentos coletivos de subjetivação* (1993:178). Atualmente, esses equipamentos engendram subjetividades muito mais pela via da imagem, enquanto no caso deste trabalho, estas máquinas terão como maior veiculador os discursos.

Por outro lado, o homem resiste aos equipamentos coletivos através da singularização⁴. Singularizando-se, ele cria novos modelos e possibilidades de se relacionar com o outro, com a produção e com a criatividade: através da subjetivação torna-se diferente no igual. Apesar de existirem aspectos constituintes na produção de uma subjetividade que se quer igual, somos também diferentes, pois os agenciamentos são múltiplos e independentes de um modelo. Portanto, ao me amparar teoricamente em Deleuze e Guattari, estarei trabalhando com uma visão de homem relacional, que se constrói enquanto subjetividade no âmbito das relações da sociedade em que vive.

Ainda a nível teórico e considerando que as relações de trabalho não são apenas relações de produção, desvinculadas de uma sociedade, e sim relações de poder, utilizarei, no que se refere a este conceito, as reflexões de FOUCAULT (1992). É ele quem indica que o poder é efeito de posicionamentos e não um privilégio adquirido da classe dominante; é um conjunto de estratégias e não uma propriedade; é um exercício e não uma posse.

Michel Foucault, em sua genealogia do poder, defende a tese de que o homem é uma produção do poder e do saber. Constituindo-se no interior da história, à medida que se apodera deste saber, estará sempre em transformação. Isto significa que o homem é, por consequência, relacional. Para o mesmo autor, não existe uma teoria geral do poder. O poder é uma prática social que se constitui historicamente enquanto relação: que se efetua e se exerce. O conhecimento ocorre através da compreensão das relações de luta e de poder

⁴ Este termo é usado por Guattari para designar as escolhas feitas que vão contra a *subjetividade capitalística*, colocando a importância política destas outras formas de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Entre estas podem ser citadas como exemplo os movimentos sociais. O autor utiliza ainda outros termos para

que os homens travam entre si. Sua grande contribuição foi identificar que o poder não tem endereço. Isto é, costumou-se delegar ao Estado ou às Instituições o foco absoluto de toda a origem do poder e da dominação. Ele, entretanto, alertou que o poder está disseminado por todas as relações da sociedade. Isto não significa menosprezar o papel do Estado ou das Instituições, mas sim que a supressão destes aparelhos não equivaleria ao desaparecimento do poder.

O poder está presente em toda a existência do trabalhador: dentro e fora do local de trabalho; na educação e formação profissional dele e de seus filhos; na alimentação, vestuário, transporte, habitação, lazer, etc. Diluindo-se nas várias estratégias de repressão e censura da sociedade, podendo ser produtivo, sedutor, aliciador e agregador.

Estudar uma empresa deste ponto de vista teórico, portanto, implica em ter como objeto de reflexão não só a história empresarial ou a dinâmica organizacional, mas também os homens que a produzem. Homens que são eminentemente sociais, formando diferentes espaços e territórios, produzindo determinados tipos de subjetividade e de singularizações, conforme os agenciamentos produtores do campo social.

Assim, os eventos e acontecimentos coletados na pesquisa de campo, foram compreendidos, organizados, analisados e interpretados como fragmentos, expressando rupturas ou continuidades, eloquências e silêncios, fluxos e urdiduras. Reconhece-se que a neutralidade, tanto científica, quanto de qualquer outro ato humano, é uma quimera. É

designar os mesmos processos, tais como autonomização, minorização e revolução molecular. (GUATTARI e ROLNIK, 1996:45)

plenamente compreensível que, na tentativa de se significarem as ações humanas pretéritas, seja feita uma leitura através de significações próprias ao presente. Em outras palavras, diante da impossível neutralidade, resta o consolo do método científico ao significar-se as ações humanas. Caso contrário, corre-se o risco de usar como aporte o método psicanalítico tradicional que, além de ter sido de há muito revisto e criticado pela psicologia, serviria para enquadrar o homem em um modelo de saber privilegiado, dominante e excludente.

É preciso clareza do que se está a analisar e sensibilidade para tornar audíveis silêncios até então sufocados. Um dos aportes metodológicos possíveis para recuperar estes eventos são as fontes orais, que fazem lembrar uma prática que foi plena de significações.

Dessa maneira, a fonte oral ou comunicação verbal será utilizada neste trabalho, como uma forma de interação na perspectiva utilizada por BAKHTIN (1986), para quem é na relação entre o *eu* e o *tu* em um determinado contexto social que os significados vão se constituir, diferentemente de outras metodologias em que a linguagem é a expressão da consciência individual. É o autor que vai afirmar que:

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (1986:124).

Para compor a história da empresa, fui orientada pelos próprios trabalhadores que, através de suas experiências e memórias em entrevistas abertas e em histórias de vida, com informações abundantes e detalhadas, decorrentes de suas vivências diárias, do cotidiano de

seus trabalhos no setor elétrico, me conduziram, informaram e esclareceram. Os depoimentos dos sobreviventes daqueles tempos, considerados heróicos por eles mesmos, foram quase sempre entrecortados pela emoção de quem lembra e neste processo se interroga sobre a vida vivida. As suas falas e silêncios mais ainda emocionam porque é possível indicar os locais dos acontecimentos: *foi neste túnel que o companheiro morreu; foi aqui que tive que atravessar a correnteza para não morrer ; era naquela casa que eu vivi mais de vinte anos com a minha família; este meu filho aprendeu tudo comigo aqui nesta máquina*, e assim sucessivamente, em um infindo rememorar, que também emociona o entrevistador.

Mas, além de entrevistar trabalhadores e dirigentes da FORÇALUZ, a coleta de dados incluiu visitas e esquadramento das usinas, com minucioso levantamento de dados técnicos acerca dos geradores, capacitores e transmissores; consulta e análise dos relatórios financeiros, balancetes mensais, semestrais e anuais, bem como a evolução salarial dos trabalhadores e diretores.

Uma extensa revisão bibliográfica, a consulta a documentos cartoriais e a jornais da época, permitiram que os personagens, pouco a pouco, se *corporificassem*, assumindo a dimensão de homens em suas circunstâncias. As ligações e relações familiares, políticas, econômicas e sociais deles afluíram de um emaranhado de dados e informações, permitindo que se estabelecesse um mapa, a que denominei **agenciograma**⁵, que consta como anexo 1.

⁵ A palavra **agenciograma** não está dicionarizada. O uso do neologismo, entretanto, impõe-se por se tratar de apresentação original de dados e informações. A palavra tem inspiração nos *heredogramas* dos antropólogos,

No **agenciograma** procurei demonstrar quais foram e como os personagens estabeleceram uma imbricada engrenagem de relações que vem dominando a cena econômica, financeira, política e social do Vale do Itajaí e do Estado de Santa Catarina. Em outras palavras, estas pessoas promoveram um agenciamento de relações constituindo um grupo que negociou e investiu em comum acordo. Além disso afiliaram-se política e religiosamente, trocaram seus filhos e filhas em casamentos mútuos, apadrinharam os rebentos e afilhados, concentraram as riquezas e o poder local. Como pioneiros da industrialização na região, serão eles, também, que instalarão e explorarão a rede de energia elétrica no Vale do Itajaí.

Por ser esta a primeira aproximação, reconhece-se, desde já, a sua insuficiente formulação, exploração e a dificuldade de se acompanhar as informações ali contidas. Considerando que se trata de um instrumento experimental de apresentação de dados, observe-se que a sua leitura não necessariamente deve ser feita como se convencionou na escrita ocidental: da esquerda para a direita e de cima para baixo. O que se buscou sim é uma representação maquina na qual uma engrenagem fez ou faz mover a outra. Em um sentido metafórico as setas indicativas das relações estabelecidas entre estas pessoas são correias e polias das máquinas. Portanto, a sua leitura pode ser iniciada por qualquer um

embora transcenda a estes, por tentar representar para além das relações elementares de parentesco. De fato, ele busca representar, além destas, os agenciamentos sociais, comerciais, econômicos e políticos entre os personagens que mais influência tiveram sobre a FORÇALUZ. A sua composição está baseada em várias obras sobre a história catarinense. Entre elas, devem ser destacadas: SILVA (1972), HERING (1987), RICHTER (1992) e KORMANN (1993) Vol. I, II e III.

dos personagens, e a partir dele, identificar a relação com o outro. No que se refere a esta dissertação, uma análise mais aprofundada do **agenciograma** encontra-se no Capítulo I.

Ao final, constatou-se que a quantidade de dados coletados foi maior do que a possibilidade analítica que deve constar no âmbito de uma dissertação. O maior desafio foi manejá-los de maneira integrada e inteligível para o leitor. No caminho para me tornar historiadora, sem deixar de ser psicóloga, foram inúmeros os desafios e obstáculos encontrados. Se consegui superá-los é porque estive subjetivada pelo prazer e pela satisfação de encarar o mundo com outros olhos.

CAPÍTULO I

MIL AGENCIAMENTOS

Escreve-se a história, mas quase sempre escrita do ponto de vista de um eixo enraizador. Esta profunda raiz pivotante sustenta a árvore metafórica de tronco forte, galhos espalhados, folhas luminosas e frutos viçosos. Esta imagem, inspirada em DELEUZE e GUATTARI (1995), parece aplicável à fundação e desenvolvimento da Colônia Dr. Blumenau e, por extensão, à forma como a FORÇALUZ se constituiu e consolidou.

Deste ponto de vista, poder-se-ia dizer que a raiz sustentadora do sucesso dos empreendimentos alemães em Santa Catarina, foi o cooperativismo e a inata superioridade germânica para o trabalho. A árvore que ela sustentou desdobrou-se em mitos de origem e heróis fundantes, explicativos da constituição de uma identidade catarinense (SERPA, 1978).

A versão popularizada deste mito, descontando-se os exageros literários, pode ser resumida como se segue. No princípio, a terra era habitada por indolentes e acomodados índios, cafuzos, mamelucos, caboclos e outras misturas de raças, meros coadjuvantes, pois não tinham ainda recebido o sopro espiritual e cultural da iniciativa, do trabalho, da premência e da solidariedade que fazem nascer os frutos da terra. No preguiçoso balançar das suas redes, perdiam tempo ouvindo o sabiá cantando nas palmeiras ensombradas pela

mata atlântica. Neste princípio, não havia história⁶. Depois, chegaram os colonizadores. Vieram de muito longe: atravessaram oceanos e mares e enfrentaram ventos e tempestades. Das suas terras trouxeram um espírito indômito e uma inquebrantável vontade de trabalhar, domar e dominar a terra e os povos incultos. E tão logo chegaram, puseram mãos a obra. E com tanto fervor e dedicação oraram e lavraram que rapidamente foram recompensados com clima ameno, colheitas fartas e prole sadia. Fazendo prevalecer o espírito solidário e a organização cooperativa, os imigrantes europeus, notadamente alemães, tornaram a colonização de Blumenau e do Vale do Itajaí um sucesso empresarial.

A força deste mito foi tamanha que possibilitou o decalque interminável, com variações maiores ou menores, reproduzindo um mundo passado que explica o presente e o por vir. Nesta metáfora dominante o verbo *ser* se impõe e os heróis fundantes são sempre descritos em tudo aquilo que foram.

O que se propõe aqui, entretanto, ao colocar em cena os agenciamentos em suas multiplicidades, é mostrar fluxos comerciais, financeiros, industriais, políticos, familiares e sociais que, em permanente conexão, restitui a estes heróis a sua condição humana. Em outras palavras, a demonstração e análise de como as relações se articularam desde o início da colonização de Blumenau, permitirá perceber que mitos e discursos foram enunciados e realidades foram romanceadas, escamoteando a pluralidade de origens destes imigrantes.

⁶ Evidentemente a afirmação é falsa, admitida apenas para composição do texto. Sobre a presença dos grupos indígenas em Santa Catarina veja-se a obra de SANTOS (1997). Acerca da presença dos negros e seu papel na formação cultural catarinense veja-se o trabalho de FERNANDES e CARDOSO (1975). Sobre a mata atlântica e o seu processo de ocupação e destruição pelos imigrantes, embora com ênfase na região sudeste do país, é indispensável a leitura de DEAN (1996).

Embora os mitos indiquem a existência de uma categoria homogênea de imigrantes, ela parece somente ter existido no âmbito do discurso enunciado. Fora dele o que se encontra é um gradiente de situações que abrange, em um extremo, os imigrantes que nada traziam na bagagem a não ser as privações acumuladas em uma humilde vida rural e a esperança de terra para trabalhar. Sem grandes expectativas, buscavam apenas a sobrevivência. No outro extremo, estavam os imigrantes que traziam dotes, profissões e cartas de recomendações. Com capital e experiência comercial e financeira, logo estabeleceram seus próprios negócios.

Esta relação desigual permitiu que rapidamente surgisse um sistema econômico que gerou duas categorias no local de colonização: colonos e comerciantes. Os comerciantes, segundo HERING citando SEYFERTH, teriam sido financiados em parte pelos colonos, à medida que as vendas e/ou casas comerciais funcionavam também como bancos, cobrando do colono pagamento de juros, tanto pelo depósito de suas economias, quanto pelos empréstimos concedidos. À clara desvantagem financeira dos colonos frente aos comerciantes *somava-se o controle dos meios de transporte, dos preços das mercadorias e a prática das contas correntes nas vendas, todos esses mecanismos que, juntos, significavam o controle da vida econômica* (1987: 59).

A acumulação de capitais pela via do comércio possibilitou a ampliação para casas financeiras de direito, dado que as casas comerciais, desde o início da Colônia,

funcionaram de fato como bancos. A associação destas casas bancárias com bancos estrangeiros, notadamente alemães, permitiu o aporte de capitais necessários para a instalação de indústrias e de hidrelétricas que fornecessem energia para o seu adequado funcionamento.

O domínio da vida econômica, por seu turno, permitiu a expansão para a esfera político/partidária. Mais ainda foram constituídas e colocadas em funcionamento instituições esportivas, informativas, recreativas, sociais e religiosas. A benemerência chegou a tal ponto que se poderia questionar se era o grupo que defendia essas instituições ou, ao contrário, se as instituições é que defendiam os princípios e interesses do grupo⁷.

Em síntese, para além dos mitos e heróis e admitindo-se todas as dificuldades envolvidas no processo de colonização de Blumenau, o que parece ter ocorrido desde o início é que algumas pessoas usaram seus conhecimentos e capitais para fundar empreendimentos e, através da exploração de mão-de-obra, gerar um sistema econômico baseado na dependência. Estes personagens, constituíram um grupo que negociou e investiu em comum acordo, agenciando-se por parentesco sangüíneo e putativo, por interesses econômicos, financeiros, sociais e políticos.

⁷ Veja-se a respeito das instituições e festividades germânicas os trabalhos de PETRI (1979) acerca dos clubes de caça e tiro de Blumenau; FAVERI (1996) acerca dos "clubes de solteiros" em Itajaí; LENZI (1983) acerca da constituição dos partidos políticos; FLORES (1997) acerca da *oktoberfest* em Blumenau.

Nestes estratos⁸ foram criados os eventos e os parâmetros de distinção e também de segregação social. Nestes mesmos estratos surgiriam os homens de destaque, tornadas personalidades admiradas. Os líderes que representariam a comunidade e controlariam os espaços públicos e até privados, ditando formas de ser e estar na sociedade e na casa, determinando a ordem social.

Em outras palavras, os agenciamentos estabelecidos entre estes estratos geraram os enunciados coletivos, os discursos, as subjetividades. Que, saliente-se, não devem ser reduzidos as palavras, mas englobam todo um estado de coisa complexo como urbanismo e arquitetura, programa de vida doméstica e laboral, educação, saúde, alimentação, higiene, etc.

Afirmou-se até aqui que a concepção de raiz pivotante ou de grandes heróis fundantes para explicar o sucesso colonizador e empreendedor de Blumenau e da FORÇALUZ não passa de mito. Afirmou-se, também, a nível teórico, que o sucesso pode ser mais adequadamente atribuído à formação de estratos comerciais, financeiros, industriais, políticos e sociais. Os agenciamentos entre estes estratos, por meio de vínculos pessoais, familiares, afetivos, partidários e societários produziram enunciados coletivos hegemônicos, permitindo a formulação de subjetividades e o domínio da vida pública e doméstica catarinense por mais de um século.

⁸ Segundo DELEUZE e GUATTARI, o sistema de estratos nada tem a ver com os sistemas dicotomizados tradicionais, como significante/significado, infra-estrutura/superestrutura, matéria/espírito. Para eles, acompanhando a concepção geológica, os estratos *instauram articulações múltiplas animadas de movimentos..., recortando formas e formando matérias..., consagrando movimentos relativos e territorialidades diversas*. Além disso, os autores consideram que *são necessários agenciamentos para que seja organizada a unidade de composição envolvida num estrato* (1995:89-90).

O desafio, neste caso, é passar da afirmação para a demonstração.

A primeira tentativa, com base nos dados levantados, foi realizar uma demonstração escriturária dos personagens, isto é, tomar um personagem *X* e elencar os cargos que ocupou no comércio, na indústria, nas finanças e na política; apontar em seguida, com quem ele e seus filhos e filhas casaram-se; indicar a quem ele apadrinhou e quem foi seu padrinho, na pia batismal e na urna eleitoral, e assim sucessivamente.

Logo, tal empreitada revelou-se inútil, porque são vários os personagens, tantos os agenciamentos estabelecidos entre eles, tão longo o tempo em que eles permanecem em cena que a descrição torna-se confusa, nebulosa, intrincada e cansativa.

A segunda opção, aqui adotada, foi utilizar os recursos computacionais atualmente disponíveis e elaborar um mapa dos personagens, dos estratos e dos seus agenciamentos, denominando-o **agenciograma**.

Na definição de DELEUZE e GUATTARI, e tomando o **agenciograma** como equivalente a um mapa, ele deve ser *produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga e suscetível de receber modificações* (1995:33).

É um modelo que procura dar conta de um processo que não pára de se estender, de se alongar, de se romper e de se perpetuar. Procede-se por aproximação e, ao contrário da concepção de raízes sustentadoras de árvores ou de personagens míticos, o **agenciograma** conecta um estrato com outro e seus fluxos devem ser privilegiados. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Neste caso, o transbordamento foi limitado aos personagens que direta e indiretamente estiveram relacionados a FORÇALUZ e à década de 60, abrangida pelo escopo deste trabalho. Evidentemente, ele transborda até os dias atuais, considerando-se as novas gerações e descendentes dos personagens ali assinalados.

O que se busca demonstrar é como foram estabelecidos os estratos comerciais, financeiros, industriais, políticos, familiares e sociais, indicando, através dos agenciamentos, as continuidades e as multiplicidades. Neste sentido, as pessoas ali citadas são inter-cambiáveis, definindo-se preponderantemente por um estado ou presença a tal momento, e o resultado final sincroniza-se independente de uma instância central. Isto é, o fato de ter sido a pessoa *X* que ocupou aquele estrato é secundário e até irrelevante, pois na sua ausência uma outra pessoa teria ocupado seu lugar. Da mesma forma a dominação final existiria, ainda que fossem trocadas as *lideranças* ou *heróis fundantes*: o **agenciograma** minimiza o *ser* de cada personagem, colocando em primeiro plano a conjunção *e*.

Escreva-se, então, a história do ponto de vista do **agenciograma**.

A instalação da Colônia Dr. Blumenau foi um empreendimento comercial. Segundo SILVA, Dr. Blumenau chegou ao Brasil com "*cartas de recomendação*" endereçadas a várias autoridades do Império (...), sendo que as terras do Vale do Itajaí eram apontadas como das mais férteis e ricas da Província (1972:32). Mas, as recomendações foram insuficientes. Somente quando ele e Ferdinand Hackardt, Cônsul da Prússia e grande comerciante em Desterro (antigo nome de Florianópolis) se associaram e fundaram a Empresa Colonizadora Blumenau & Hackardt foram concedidas as terras, antes negadas ao Dr. Blumenau, para fundar, em 1850, a Colônia que levaria seu nome.

Fundou-se a Colônia e instituiu-se o estrato comercial, através das empresas importadoras e exportadoras da Colônia e logo depois de todo o Vale do Itajaí. Estas empresas e aquelas já existente em Desterro mantinham relações comerciais muito próximas. Neste estrato estarão identificados, além do próprio Hackardt, Bade e Wellmann, Erneto Vahl e Sallenthien, Stodieck e Beck, Pedro Wagner, Victor Gartner, Ferdinand Hackardt, Paul Hoepcke e Carl Hoepcke, Salinger e Feddersen.

Neste estrato chama-se a atenção para o Cônsul alemão em Blumenau, Victor Gartner sobrinho do Dr. Blumenau e que possuía uma das maiores casa comercial da Colônia Dr. Blumenau (SILVA, 1972:153). Após a sua morte, quem o substituiu como Cônsul alemão, é Gustavo Salinger, um dos comerciantes mais tradicionais do local, que se dedicava ao comércio de importação e exportação (HERING, 1987:66). Era um homem de muitas posses e influência em Blumenau e os cargos que ocupou dão bem uma idéia da sua estatura política, social e econômica: na qualidade de juiz, assinou a criação da comarca

de Blumenau; foi Coletor Público das Rendas Provinciais; presidiu várias sociedades desportivas e culturais, entre elas a Sociedade Teatral Frohsinn e a Associação Comercial de Blumenau; foi fundador da Loja Maçônica Palma de Paz. Foi em sua gestão como Presidente do Conselho Municipal, que este aderiu a República e foi Membro da Associação de Imigração junto com Luiz Altemburg e Nicolau Malburg e Heinrich Probst.

Gustavo Salinger e Peter Christian Feddersen tornaram-se sócios. Peter Christian Feddersen é um personagem historicamente mitificado. Para Godofredo Entres, este *jovem bucólico* era ajudante comercial em Salto Weissbach e, ao passear pelo local, *sonhava em transformar o salto do rio em energia elétrica* (ENTRES, 1929:1). Para realizar seu sonho teria ido a Alemanha e conseguido financiamento. Contudo, ainda que identificado como lavrador, possuía, isto sim, uma *primorosa instrução, abraçando a carreira do comércio*. Além disso *era portador de uma fortuna de alguns mil marcos, que naquela época, representava um pecúlio apreciável*, (HUMPL, 1979:392) pelo menos para a colônia Dr. Blumenau. É provável que o dote trazido da Europa não fosse significativo lá, pois naquele momento a Alemanha já estava vivendo um período de intensificação do processo de industrialização, com forte concorrência dos produtos ingleses, ocasionando a falência das manufaturas. Concomitantemente, o crescimento populacional e a escassez de terras ocasionada pela fragmentação das propriedades fez desaparecer o pequeno investidor. Ao contrário do Brasil, onde haviam terras e oportunidades, pois tudo estava para ser feito.

De posse deste capital, Feddersen logo passou da condição de lavrador para proprietário de terras, empresário e político. Gustavo Salinger e Peter Christian Feddersen

ocuparam juntos entre 1895 e 1898 o cargo de Conselheiro Municipal (atual cargo de vereador) e Presidente do Conselho Municipal (atual cargo de presidente da Câmara de Vereadores) respectivamente. Neste mesmo período, Paul Zimmermann e Carl Jensen também ocupavam o cargo de Conselheiro Municipal. Estes quatro personagens tornaram-se sócios, fundando em 1909 a Empresa de Eletricidade Salto. Eram proprietários dos terrenos que incluía o Salto Weissbach no rio Itajaí-Açú, necessários e suficientes pelas condições hídricas e topográficas, para a construção de uma hidrelétrica. Porém o terreno era de difícil acesso, sendo necessária a construção de uma ponte.

Liderados politicamente pelo republicano Hercílio Luz, estes sócios apoiaram Lauro Müller nas revoltas ocorridas em 1893, quando da pressão para que este renunciasse ao cargo de governador, o que de fato acabou ocorrendo. O apoio então dado, a longo prazo, terminou por se revelar de extrema importância para os mesmos. Hercílio Luz, ao assumir o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina em 1894, após a vitoriosa eleição dos republicanos, não esqueceria seus aliados, a tal ponto que Feddersen passou a ser reconhecido e definido como *chefe político do município e homem de confiança do Governo* (HUMPL, 1979:395). Mais pragmaticamente, foi garantida a construção de uma ponte nas imediações dos terrenos de propriedade dos mesmos, onde seria construída a Usina Salto Weissbach em Blumenau (ENTRES, 1929). A Usina Salto Weissbach será, como já foi mencionada, a primeira usina de porte de Santa Catarina.

A usina foi inaugurada em 1914 e a primeira indústria a receber energia foi a dos Irmãos Hering⁹, fundada em 1880 pelos irmãos Hermann e Bruno Hering. O fornecimento regular de energia era condição indispensável para o funcionamento da indústria, pois

Desde o ano de fundação em 1880, até 1892, haviam sido adquiridos, fora o primeiro tear circular que dera início à produção de malhas, mais quatro teares circulares, algumas máquinas de costura e de tricotagem, uma retorcedeira de fio e uma bobinadora... A energia necessária para os teares, razão pela qual a fábrica se transferiu para perto da queda do ribeirão do Bom Retiro, foi produzida, inicialmente, por roda d'água, à qual se associou uma turbina Voith de 35 Ps e, mais tarde, uma máquina a vapor Wolf, locomóvel. A energia elétrica chegou entre 1909/1910, graças à pequena usina construída no rio Gaspar Alto¹⁰. Seu fornecimento, porém, inteiramente deficiente, acarretava constantes perdas à produção, problema só solucionado em 1915, com a construção da usina Salto, de maior capacidade e constância na geração de energia (HERING, 1987:96-98).

Entende-se, assim, que a Empresa de Eletricidade Salto, já denominada FORÇALUZ, quando foi recomprada por empresários catarinenses, após ficar 4 anos em propriedade de um grupo paulista, tenha tido a Companhia Hering entre os seus maiores acionistas e Max Hering tenha sido o Presidente. A família Hering estará representada na presidência ou vice-presidência da FORÇALUZ durante todo o seu período de existência. Ingo Hering, por exemplo, substituiu a Curt Hering na vice-presidência da FORÇALUZ, ocupando este cargo por nada menos que 16 anos, acompanhado de Guilherme Renaux na Presidência, até a sua incorporação pela CELESC em 1964.

⁹ Notícia divulgada pelo Jornal *Blumenauer Zeitung*, ano 33, nº 80, de 23 de dezembro de 1914. Tradução Edith Sophia Eimer.

¹⁰ SCHRADER, Alvim. Relatório de 1910 apresentado ao Conselho Municipal. In: Blumenau em cadernos, Tomo X, nº 5, maio 1974. Dossier Gustavo Stamm, Blumenau. Segundo o Relatório em 1908, Frederico Guilherme Busch consegue a concessão de fornecimento de energia elétrica para o perímetro urbano de Blumenau. Onde este se comprometia a iluminar o centro da cidade com 100 lâmpadas de 25 velas durante 6 horas por noite. Este empresário possuía alguns geradores na localidade de Gaspar Pequeno, hoje é o município de Gaspar [sem a nota na citação original].

Guilherme Renaux, por seu turno, assumiu a presidência da FORÇALUZ em meio a um racionamento de energia elétrica, em consequência das estiagens ocorridas no Vale do Itajaí. Segundo HERING

... as indústrias regionais sofreram, de modo acentuado, restrições na respectiva produção; e em 1944 a diretoria dessa empresa [Fábrica de Tecidos Carlos Renaux] prosseguiu com a queixa de que, não fosse o racionamento severo de energia, os resultados do exercício do ano poderiam ter sido aumentados no mínimo 20%. Essa situação, de escassez no fornecimento de energia elétrica, levou os industriais do Vale a tomarem novamente a iniciativa, tal qual haviam feito na fundação da Empresa Força e Luz Santa Catarina, de se unirem, eles próprios, na solução do problema regional de insuficiência energética. De acordo com a carta de Otto Renaux a um amigo, que lhe pedia ajuda financeira, a firma Renaux estava inteiramente empenhada na resolução do problema de força motriz, necessitando de todo o disponível para ser empregado no aumento da nova usina [Usina Cedros] da Empresa Força e Luz, a qual deverá ser construída a todo custo e dentro do menor tempo possível (1987:307-8).

Em decorrência da forte participação acionária desse grupo e do seu empenho em favor da construção da Usina Cedros, que viria resolver o problema de abastecimento energético das indústrias, Guilherme Renaux assumiria a presidência da FORÇALUZ, cargo que ocuparia até a sua incorporação.

Guilherme Renaux estava ainda ligado ao grupo que fundou a FIESC. Nesta, por dez anos, revezou sua Presidência com Celso Ramos (MAY, 1998:79). A Federação da Indústria e Comércio do Estado de Santa Catarina, foi fundada em 1950, tendo entre os fundadores Celso Ramos e Júlio Zadrosny. Celso Ramos seria Governador em 1960, trazendo para a presidência da CELESC Júlio Zadrosny. Este foi o mais duradouro presidente da CELESC (1961-1971). Era Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, Presidente da Artex e acionista e Membro do Conselho Fiscal da FORÇALUZ. Será durante a sua gestão na CELESC que a FORÇALUZ será incorporada em 1964, com grandes vantagens para os acionistas como se poderá perceber no final deste trabalho.

Outro importante acionista da FORÇALUZ foi Carl Hoepcke, proprietário da Casa Comercial Hoepcke e sobrinho de Ferdinand Hackradt. Seguindo os passos do tio, ocupou o cargo de Cônsul alemão em Santa Catarina, exemplificando um agenciamento tríplice: comercial, familiar e diplomático¹¹. Carl Hoepcke tornou-se importante distribuidor dos produtos das empresas Renaux e Hering. Será também fundador da EMPRESUL, em 1928, com Victor Konder e a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A.

A Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. - EMPRESUL foi fundada em 1929, pela Cia. Sul Americana de Eletricidade S.A. - AEG¹², em Joinville, constituída por capitais germânicos e tendo entre os acionistas, nomes como Carl Hoepcke, Adolfo Konder, Carlos Renaux e João Bauer, além dos acima mencionados. Ela incorporou, em 1929, inúmeras pequenas empresas de eletricidade do Estado (Empresa de Eletricidade Tijuquense, Empresa Luz e Força de São Bento, Empresa de Eletricidade de Mafra e Rio Negro) tornando-se a maior empresa no setor de energia elétrica. A EMPRESUL explorou os serviços de energia elétrica na região dos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Itaiópolis, Rio Negro, São Bento do Sul, Tijucas e Nova Trento, até receber investimentos e ser incorporada pela CELESC¹³.

¹¹ Conforme indica CZESNAT *os cônsules e vice-cônsules eram agentes econômicos, mais comerciantes que diplomatas, bem pagos, muito ajudados, utilizados por empresas alemãs junto às embaixadas* (1980:14).

¹² Esta empresa tem sua origem na Casa Siemens, fundada em 1847 sob o nome de Telegrafenbaustalt Siemens & Halske. Sua grande concorrente na Alemanha era a Deutsche Edison Gesselchaft, mais tarde transformada em Allgemeine Electricitaets Gesselchaft-A.E.G. Em 1883 juntam-se para a exploração do mercado alemão e mundial, solidificando-se com o apoio do Deutsche Bank, que foi dirigido por George Siemens durante 30 anos. Membros das empresas participavam do Conselho Fiscal do Banco e os Siemens do Conselho Fiscal da A.E.G. CELESC - 40 anos Um Olhar Social, 1996:2.

¹³ Esta empresa teve suas ações incorporadas ao Patrimônio Nacional através do Decreto Federal nº8.306, de 22.11.1945, como indenização de guerra. Essas ações foram doadas ao Estado de Santa Catarina pela Lei nº 290 de 15.06.1948, sendo que o Estado detinha 80,55% das ações da EMPRESUL.

Carl Hoepcke será também fundador com Victor Konder e a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A, em 1928, da Empresa de Eletricidade Tijuquense. Somente após a sua constituição, foi atendida a reivindicação dos empresários do município de Brusque e Tijucas, em relação à distribuição de energia elétrica. Antes dela, os sistemas eram interligados e estas localidades recebiam energia elétrica através de uma linha de transmissão de Itajaí. Assim, qualquer problema existente em Itajaí, deixava estas localidades sem energia elétrica. Para resolver a questão foi assinado um contrato entre FORÇALUZ e a Empresa de Eletricidade Tijuquense, no qual a primeira comprometia-se a construir uma linha Blumenau-Brusque-Tijucas, separando os fornecimentos de energia elétrica, beneficiando estas localidades e suas empresas.

No estrato industrial, recebeu destaque no **agenciograma** Carlos Renaux, fundador e proprietário da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, importante acionista da FORÇALUZ, da Empresa de Eletricidade Tijuquense e da EMPRESUL e Cônsul Brasileiro em Amheim - Holanda.

Carlos Renaux chegou ao Brasil em 1882, sendo recebido por Luís Altemburg. Pela via do agenciamento afetivo casou-se com a filha de Pedro Wagner, cunhada de Luís Altemburg. Na sua chegada trazia

... diploma e certificado que trabalhara no banco de sua cidade natal. (...) Casando-se com a filha do colono pioneiro no Vale do Itajaí, teve bom relacionamento na região, estabelecendo-se em Brusque como comerciante. Não dispunha, também de capital suficiente para qualquer empreendimento de maior alcance. Valeu-lhe, porém, o crédito pessoal conquistado junto aos grandes comerciantes, seus fornecedores, e junto aos colonos, detentores, em parte, do capital disponível na área. Práticas mais

evoluídas de comércio valeram-lhe a confiança e a procura de seu negócio por parte dos colonos. Meios financeiros limitados, porém uma visão mais ampla e condições econômicas mais amadurecidas no Vale do Itajaí, permitiram-lhe dar o passo decisivo para que a vida econômica local rompesse a dualidade colônia/venda e se abrisse em nova frente, a indústria (HERING, 1987:111).

Carlos Renaux trabalhou inicialmente para a empresa Asseburg & Willerding, tornando-se depois proprietário, com o dote do casamento. Esta firma era de outro cônsul alemão importante na história do Vale do Itajaí, Guilherme Asseburg: proprietário da firma Asseburg em Itajaí e fundador da primeira empresa de transportes fluviais da região, que fazia o transporte das mercadorias das empresas Renaux e Hering. Félix Asseburg foi o primeiro a ter concessão de energia elétrica em Itajaí. A família Asseburg instalou um ano antes uma linha telefônica ligando Itajaí, Blumenau e Brusque (KORMANN, 1994:60).

No estrato financeiro foi o filho de Carlos Renaux, Otto Renaux que, em 1935, fundou o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina - INCO em sociedade com o empresário de Itajaí Irineu Bornhausen - casado com a irmã de Adolfo Konder - que mais tarde viria a ser senador, governador do Estado e também Cônsul. Neste empreendimento, agenciaram-se personagens como Victor Konder, Rodolfo Renaux Bauer, Antônio Ramos, entre outros¹⁴.

Outro personagem que merece destaque neste estrato é Otto Rohkohl, um dos maiores acionistas da FORÇALUZ e diretor gerente da empresa por mais de uma década e fundador do Banco Agrícola e Comercial de Blumenau, que tinha como Presidente e

¹⁴ Um estudo detalhado acerca do Banco INCO, encontra-se em SCHMITZ (1993).

principal acionista Curt Hering. Estes dois sócios estariam entre os fundadores, também em sociedade com Irineu Bornhausen, do Banco de Crédito Agrícola de Bella Aliança.

Nicolau Malburg foi outro personagem ligado ao estrato financeiro. Ele foi representante em Santa Catarina do Banco Nacional e do Banco Alemão Transatlântico e proprietário de empresa importadora e exportadora. Foi membro da Associação de Imigração, fundada em 1877, responsável por receber os imigrantes junto com Gustavo Salinger, Heinrich Probst e Luís Altemburg. Ocupando esta posição estratégica, soube agenciar diferentes estratos, fundando em 1898 a Associação Comercial de Blumenau, junto com Gustavo Salinger e Luís Altemburg e Bruno Hering entre outros. Foi também ele quem comprou a Empresa Industrial Garcia, vendendo-a posteriormente para três comerciantes de Blumenau: Henrich Probst, Luís Sachtleben e Frederich Guilherme Busch, passando a compor o quadro de acionistas a Empresa Hering e Ernesto Stodieck. Este último, neto de Pedro Wagner e, portanto, agenciado às famílias Renaux e Hoepcke. A Empresa Hering tornou-se a maior acionista da Empresa Industrial Garcia.

Um dos tecelões da Empresa Industrial Garcia, Otto Huber, juntamente com Teófilo Zadrosny, fundaram, em 1936, a Empresa Artex. Esta empresa seria depois presidida por Júlio Zadrosny, encampando a Empresa Industrial Garcia.

Nicolau Malburg foi também quem trouxe Marcos Konder para o Brasil como educador de seus filhos. Este fundaria sua própria empresa exportadora de madeira (HERING, 1987:63). Marcos Konder era pai de Victor e Adolfo Konder. Os dois irmãos

seriam acionistas da Empresa de Eletricidade Tijuquense, da EMPRESUL e da FORÇALUZ. Victor Konder era sócio da Empresa Renaux e Adolfo Konder foi quem assumiu, em 1924, com a morte de Hercílio Luz, a presidência do Partido Republicano Catarinense - PRC (MAY, 1998).

Em 1930, *Adolfo Konder é eleito governador, o irmão Victor Konder era Ministro da Viação, o pai era Superintendente de Itajaí, e o cunhado Irineu Bornhausen Presidente do Conselho Municipal* (MAY,1998:35-6). A multiplicidade de agenciamentos estabelecidos, permitiu, como neste caso, a simultaneidade em diversos estratos.

No estrato político¹⁵, que não está privilegiado no **agenciograma**, e independente das circunstanciais lutas políticas empreendidas pelos personagens, é possível destacar: o agenciamento entre Hercílio Luz, Lauro Müller, Gustavo Salinger, Paul Zimmermann, Peter Christian Feddersen, Carl Jensen, Luís Altemburg, Vidal Ramos, Carlos Renaux, Bruno Hering, Irineu Bornhausen e Victor Konder, que se revezavam permanente e/ou continuamente no exercício de cargos de governador, deputado, prefeito, vereador.

Ressalte-se que em 1891 Lauro Müller foi eleito o primeiro governador republicano da história política catarinense, com o apoio dos empresários do Vale do Itajaí. Uma das medidas do seu governo, conforme indica HERING, foi substituir o imposto de exportação

¹⁵ Para maiores detalhes acerca do estrato político em Santa Catarina, veja-se MAY (1998). Embora não utilize a mesma abordagem deste trabalho, aquela pesquisa fornece abundantes detalhes acerca dos agenciamentos partidários realizados entre os personagens aqui citados.

de mercadorias pelo imposto territorial, muito mais adequado aos empresários. Para a mesma autora, era claro

... no programa do partido republicano catarinense, a defesa de interesses econômicos próprios para o Vale do Itajaí. Os candidatos republicanos ao Congresso estadual, entre os quais Carlos Renaux, foram todos eleitos; em seu mandato elaboraram a Constituição do Estado em 1891 e elegeram Lauro Müller governador de Santa Catarina (HERING, 1987:178).

Com a revolução federalista de 1893 essas vantagens foram dificultadas, fazendo com que os empresários se agenciassem para mudar tal situação. Entre o grupo organizado de oposição teremos Hercílio Luz, Peter Christian Feddersen, Gustavo Salinger, Paul Zimmermann, Carlos Renaux, Hercílio Luz, Hermann e Bruno Hering, entre outros.

Observe-se que, se por um lado, a língua alemã era considerada um fator de preservação da etnicidade germânica, por outro lado, impedia que muitos imigrantes participassem politicamente através do voto, pois era necessário falar a língua portuguesa para ser eleitor, levando o grupo até aqui mencionado a se revezar em cargos políticos, tais como de vereador, prefeito, deputado e governador.

É preciso lembrar que a família Ramos, originária de Lages, até este período estava apoiando os republicanos, ao ponto de Vidal Ramos ter sido eleito Vice-Governador em 1902 na chapa de Lauro Müller e Governador em 1910. Em 1921 rompem e Nereu Ramos funda o Partido da Reação Republicana. Essa ruptura criaria dois estratos políticos em Santa Catarina, um liderado por Nereu Ramos e o outro por Adolfo Konder (MAY, 1998:35).

A mesma autora, citando Itamar Aguiar, constata que *mudaram as siglas, mas os nome continuam os mesmos*. (...) O PDS, *Partido Democrático Social*, foi constituído, em Santa Catarina, por (...) Antônio Carlos Konder Reis, Paulo Konder Bornhausen, Norberto Zadrosny (ARTEX), Ingo Hering (HERING), Cid Renaux (RENAUX). É importante ainda salientar que a influência do empresariado junto à imprensa proporcionou que, através do discurso, estes se mantivessem unidos ideologicamente na luta pela preservação de seu "status quo", apesar das divergências partidárias (1998: 46).

No estrato social e familiar teremos a família Hoepcke, agenciando-se por laços de parentesco com Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, através do casamento deste com Ruth Hoepcke e assumindo o controle acionário da empresa de Carl Hoepcke durante a Segunda Guerra Mundial, quando os alemães foram proibidos de permanecerem à frente dos seus negócios. Em 1946 ele tornou-se governador do Estado de Santa Catarina. Estas famílias ligadas a Carl Hoepcke, através do colono pioneiro no Vale do Itajaí, Pedro Wagner, tinham relações de parentesco com as famílias Hering e Renaux (HERING, 1987:61).

Carlos Renaux, por sua vez, irá agenciar-se ao comerciante brusquense João Bauer através do casamento de seus filhos. João Bauer foi avalista de Carlos Renaux para o pagamento da dívida junto aos bancos alemães e o fornecedor dos fios para a empresa Carlos Renaux (HERING, 1987:115).

João Bauer foi o pioneiro em Brusque no setor elétrico, através da instalação de uma pequena usina na Guabiruba do Sul:

A partir daí mais máquinas puderam ser instaladas na fábrica [de Tecidos Carlos Renaux] e, em consequência da eletricidade, sua produção aumentou. Devido às linhas de transmissão de força não serem ainda muito sólidas, o mau tempo às vezes interrompia a corrente elétrica. Nesse caso, recorria-se à força hidráulica e ao gerador como auxiliares (HERING, 1987:132).

Esta empresa será comprada pela FORÇALUZ, em 1926 e João Bauer será um dos fundadores da Empresa de Eletricidade Tijuquense e da EMPRESUL.

Outro agenciamento familiar ocorreu entre Walter Werner e a neta de Hermann Hering. Este é filho de Paul Werner fundador da Eletro-Aço Altona em 1933, com o apoio financeiro de Curt Hering, Otto Renaux e Otto Rohkohl.

A exaustiva repetição dos nomes das mesmas famílias nos diversos estratos não surpreende a qualquer catarinense. Estas famílias, presentes em todos os estratos aqui relacionados, agenciadas das formas mais sutis, estão ainda presentes e dominantes na vida econômica, política e social do Vale do Itajaí. Entre 1850, ano de fundação da Colônia Dr. Blumenau, até os dias de hoje, passados portanto 148 anos, não se constata descon continuidades. A influência política destes personagens, iniciada no século passado, permanece até os dias atuais através de seus descendentes. O mesmo seja dito para a sua influência econômica.

Colocados lado a lado, simultaneamente como no **agenciograma**, visualiza-se facilmente pelo sobrenome das famílias, a dominação ao longo deste quase século e meio de história. Ou, no dizer de MAY, *chama a atenção o fato de a amizade entre estas famílias ter perpetuado ao longo de gerações. Filhos e genros se faziam herdeiros de relações* (1998: 49).

A permanência destes clãs ou confrarias em todos os estratos parece ser indicativa da existência, em Santa Catarina, de uma sociedade de controle, com o poder restrito a um grupo que se agencia múltipla e permanentemente. Na formulação de MAY

... a fim de legitimar este comando político, os empresários preocuparam-se em construir sua imagem, frente à sociedade, associando-se ao mito do pioneiro industrial, concebido de acordo com os ideais do empresário Schumpeteriano. Estes eram retratados no discurso, como "heróis" que devido a qualidades inerentes de sua personalidade, como ação e dinamismo, foram capazes de construir seus impérios. Do mesmo modo, estes discursos contribuíram para projetar a ação benéfica do grupo no meio social, fazendo do acúmulo de riquezas uma prática moralmente aceita. Assim também, a permanência em cargos públicos era interpretada como um gesto de contribuição à causa pública. Neste sentido, o discurso foi um instrumento, através do qual puderam intervir no dia a dia, divulgando sua concepção de mundo para as demais classes sociais (1998: 81-2).

Pode-se então afirmar que o heroísmo mítico destes empreendedores foi parte de um enunciado discursivo produzido nos e entre os diferentes estratos. Os múltiplos agenciamentos, por sua vez, desempenharam um papel fundamental na sustentação destes personagens, tornando *genuínos os mecanismos de reprodução tanto moral como econômica dos grupos dominantes* (MAY, 1998:146).

Encerre-se este capítulo, retomando o foco na FORÇALUZ. A sua constituição, consolidação, ampliação e estatização dar-se-á como resultado da multiplicidade destes agenciamentos nos e entre estes diversos estratos. Sustentados por um discurso de homogeneidade germânica, do pioneirismo e do modelo schumpeteriano de conduta empresarial, em que depende-se do esforço pessoal e de qualidades psicologicamente inatas, estes empresários controlaram a vida no Vale do Itajaí, ampliando seus patrimônios e tornando esta prática socialmente aceita, através da produção de subjetividade dos trabalhadores, neutralizando a dicotomia entre explorado e explorador.

CAPÍTULO II

ELETRICIDADE E SUBJETIVIDADE

No capítulo anterior, procurou-se mostrar como os personagens, entre os quais os proprietários, acionistas, presidentes e diretores da FORÇALUZ, através de agenciamentos múltiplos, foram se articulando, criando discursos e mitos, que procuravam legitimar uma prática de desigualdade no âmbito da sociedade em que viviam. Naquele caso, entretanto, a produção de subjetividades ocorreu através de fluxos mais amplos nos e entre os estratos descritos, buscando englobar toda a sociedade

A partir daqui o foco estará centrado na FORÇALUZ. O desafio analítico e metodológico será conectar diferentes níveis de abstração. Descrever-se-á o processo de constituição, expansão e consolidação da empresa, representado pela história das usinas hidrelétricas de Salto, Cedros e Palmeiras e sua estatização pela CELESC. Concomitante a esta história mais descritiva e factual estarão as análises relativas à produção de subjetividades.

Acompanhando GUATTARI, compreende-se que *não se separam as relações de produção econômica de produção subjetiva* (1996:27). Isto significa que a história da empresa e sua dinâmica organizacional é também o desvelamento de relações que submetiam o trabalhador a um sistema de enunciados e práticas produtoras de subjetividades.

No âmbito da empresa detecta-se que esta produção se efetivará através de mecanismos mais territorializados, tais como normas prescritivas e proscritivas, obrigações e interdições, horários e salários, moradia, formas de contratação e demissão. Lembre-se, ainda, que a produção de subjetividade é mais do que a produção de poder para controlar as relações sociais. Ela é a tentativa de garantir a identificação plena e total do trabalhador com os discursos enunciados e, portanto, com a ordem social estabelecida.

A admiração é o primeiro sentimento despertado naqueles que conhecem a Usina Salto Weissbach. Uma obra de arquitetura e engenharia daquele porte, erigida no início do século, provoca nas testemunhas pasmo e estupefação. Fritz Mailer, trabalhador aposentado da empresa, expressa bem este sentimento:

*... quem conhece a obra civil da Usina, se pergunta como os antigos trabalhadores efetuaram esta obra, com os precários apetrechos e máquinas que existiam na época. As grandes peças dos geradores e turbinas das primeiras máquinas, fundidas em aço, o transporte, a instalação, enfim, é de se admirar e refletir, pois hoje é tudo mais fácil com a técnica avançada*¹⁶.

A construção da usina, iniciada em 1911, provocou uma mistura de curiosidade, espanto e orgulho pela obra em execução, conforme se constata nos vários artigos que dão notícias do andamento das obras, veiculados pelo jornal *Blumenauer Zeitung*¹⁷. Um destes artigos destacava: *a grande quantidade de material que está armazenado nos galpões, dão uma idéia da fantástica obra planejada, mas ao mesmo tempo também despertam a*

¹⁶ Fritz Mailer. Em entrevista concedida à autora.

¹⁷ *Blumenauer Zeitung* ano 33, n^os 21 (23.05); 36 (22.06); 41 (08.08) entre outros do ano de 1914. Tradução Edith Sophia Eimer.

*surpresa sobre o progresso do tempo moderno e o respeito pelos construtores e seus empreendedores*¹⁸.

Percebe-se, porém, que a ênfase dada pelo jornal enaltece os construtores e empreendedores, enquanto na voz do trabalhador o que aparece é a admiração pelos trabalhadores que executaram as obras em um período em que não havia tecnologia. Todos os trabalhos foram realizados sem a ajuda de máquinas que executassem os serviços pesados, como dinamitar rochas, carregar grandes quantidades de pedras, concretar blocos inteiros das barragens, transportar as turbinas e geradores pelo rio.

Admiração que tem razão de ser, pois é uma obra de grande porte, com uma casa de máquinas com 639 m² de área construída e pé direito de 21 metros de altura, debruçada sobre as corredeiras, construída para suportar as enchentes que assolam o município de Blumenau desde a sua fundação. O porão da casa foi projetado para ser inundado nos períodos de enchentes, servindo de sustentação para que a construção não fosse arrastada pela força da correnteza das águas. Ao mesmo tempo existiam comportas de ferro para serem fechadas, impedindo que as águas invadissem a casa de máquinas¹⁹.

A primeira máquina da Usina Hidrelétrica de Salto Weissbach começou a gerar energia na véspera do Natal de 1914²⁰. Era o primeiro Natal iluminado de alguns

¹⁸ *Blumenauer Zeitung*, ano 33, nº 14 de 25 de abril de 1914. Tradução Edith Sophia Eimer.

¹⁹ Ver no anexo II a especificação das turbinas e geradores da Usina Salto Weissbach.

²⁰ Esta data foi obtida junto aos documentos de Gustavo Stamm, gerente da FORÇALUZ durante décadas e dos Jornais de Blumenau que notificaram o evento. Assim HERING (1987:188) citando fontes secundárias, engana-se ao estabelecer esta data como sendo 1915.

blumenauenses. Inaugurava-se uma nova época: a época das luzes. Cinco meses depois, no dia 02 de maio de 1915, era acionada a segunda máquina da Usina. Neste mesmo ano a Empresa de Eletricidade Salto passava a fornecer energia para Itajaí. A energia gerada na usina começou, portanto, a ser distribuída a regiões mais distantes pelas linhas de transmissão de Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajaí e outros núcleos coloniais que aos poucos iam se iluminando.

Nos depoimentos coletados dos trabalhadores mais antigos, perceber-se-á uma nostalgia dos costumes que havia antes da utilização da energia elétrica: as conversas na varanda, com os rostos mal iluminados pela luz do querosene queimando nos candeeiros; os projetos, problemas e expectativas familiares, por vezes sussurrados, por vezes entrecortados pelo agourento piar das aves noturnas. Preocupações e felicidades discutidas neste espaço em que a luz e a sombra se alternavam, clareando e escurecendo faces e emoções. Não é por acaso que um dos entrevistados constatava que *com a luz, parece que o encanto se quebrou. Depois que veio a energia elétrica, a gente discutia enquanto comia e depois cada um ia procurar o que fazer*²¹. São lembranças dos antigos serões em que o chefe, a família, os parentes e os aderentes agregavam-se para gastar o resto da noite, aguardando o benfazejo e repousante sono.

A introdução da energia elétrica e o acesso aos bens e serviços que sua aplicação proporcionou, acarretou mudanças na vida das pessoas que passaram a ter acesso a outras atividades antes dificultadas pela falta de luz. Os encontros antes corriqueiros dos vizinhos

²¹ Itamar Ludovico Caetano. Em entrevista concedida à autora.

na praça onde as pessoas trocavam idéias, opiniões, onde o cotidiano era comentado, analisado, vão aos poucos sendo substituídos por atividades mais individuais.

Ainda segundo os depoentes se, por um lado, a introdução da energia elétrica propiciou a individualização, por outro, propiciou a instalação e ampliação de centenas de empresas na região, iniciando o processo de industrialização e ampliando a oferta de empregos.

Para HÉMERY (1993), a eletricidade inicialmente não teve outro objetivo senão o de aumentar a exploração da mão-de-obra, mediante o alongamento da jornada de trabalho. Sendo compreensível, portanto, que tenha sido usado pela primeira vez em escala industrial nos escritórios de Wall Street. Vale ressaltar que seis anos após a instalação da energia elétrica em Blumenau, criou-se o trabalho noturno regular (HERING, 1987).

Com o aumento na demanda e a elevação do consumo de energia, em 1929 entrou em operação a terceira unidade geradora da Usina Salto Weissbach. Na década de 40 entraria finalmente em funcionamento a quarta e última unidade geradora.

Fritz Mailer relata que as máquinas vieram da Alemanha. *As máquinas vinham de navio até Itajaí. Lá eram removidas e colocadas em chatas que iam rio acima, até Itoupava Seca. De lá, chegavam na usina em carroções puxados por até oito cavalos. Uma epopéia²².*

²² Fritz Mailer. op. cit.

A Usina Salto Weissbach foi, durante 33 anos, a maior usina hidrelétrica de Santa Catarina, permitindo que o Vale do Itajaí se transformasse no coração industrial de uma das mais prósperas regiões do Estado (ENTRES, 1929). Atualmente, a usina continua funcionando com todo o equipamento original apesar da sua produção ser insignificante, servindo apenas para manter a tensão da rede de distribuição do município de Blumenau.

Os trabalhadores da Usina Salto, até a década de setenta, tiveram um papel fundamental não só para Blumenau, como para todo o Vale do Itajaí e não apenas pela produção de energia. De acordo com os depoimentos, os trabalhadores das barragens eram obrigados a extrapolar as suas obrigações contratuais, sendo deles, por exemplo, o trabalho de medição constante do nível dos rios, com a elaboração de gráficos estatísticos²³. Esses dados não tinham apenas o objetivo de manter o bom funcionamento da usina, mas também manter a população informada sobre a iminência de cheias, fenômeno que sempre marcou a vida das cidades do Vale.

A previsão destes trabalhadores era fundamental para os moradores das localidades mais atingidas pelas enchentes, no sentido de prevenir os danos causados pelas cheias. Essa medição era feita com canoas e, quando o rio apresentava-se acima do seu nível normal e com grande correnteza, colocava em risco a própria vida dos trabalhadores.

²³ Atualmente essas estatísticas são feitas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

Essas medições eram e ainda são feitas através da leitura de uma régua fixada nas barragens existentes em todas as três usinas da FORÇALUZ. Em uma destas medições dois trabalhadores da barragem da Usina Palmeiras foram ver o nível da água na régua. As comportas estavam abertas e dado ao aumento da saída d'água, com a força da sucção formava-se um redemoinho. Os dois trabalhadores chegaram muito perto e foram tragados pelo vórtice. Desceram aproximadamente 120 metros por baixo da água com canoa e tudo. Um morreu e o outro sobreviveu, mas logo após o acidente pediu demissão do emprego²⁴.

A aprendizagem específica que as usinas requeriam dos trabalhadores sobre como lidar com as máquinas, com a eletricidade e com o regime dos rios e lagos, efetivavam uma produção de subjetividade própria à função. Para controlar a casa de força das usinas, por exemplo, os trabalhadores dispõem de painéis, onde obtém as informações e os registros sobre a situação técnica da mesma, sendo imprescindível que eles saibam lidar com esses dados, percebendo qualquer irregularidade. Eles são responsáveis por manter a usina funcionando ininterruptamente. Para tanto, se revezavam em duplas, com três turnos diários.

Assim, na relação dos trabalhadores com as máquinas, eram eles que tinham que se adaptar a elas. Ao se inserirem na vida das pessoas, as máquinas estabeleceram novas práticas, com um novo tempo e um novo ritmo distanciados da natureza.

²⁴Otávio Rausch. Em entrevista concedida à autora.

Até chegar ao domínio da energia hidrelétrica, o homem apropriara-se de outras formas de rendimento energético, como o carvão, o vapor, o gás e o petróleo, que permitiram aumentar consideravelmente a produtividade. Contudo, ainda assim, ele estava preso aos estoques da natureza, pois seu uso era limitado e seu *quantum* esgotável. Com o aproveitamento da energia gerada pelo ininterrupto movimento das águas, definitivamente, o tempo do homem se desvinculou do tempo da natureza. Ele não estava mais dependente da lua ou do sol para iluminar o seu mundo e as suas vidas. Nem do vento, comandado por Hermes, nem do fogo, roubado dos deuses por Prometeu, ele dependia mais para movimentar as suas existências e suas máquinas. O homem, finalmente liberto dos aterrorizantes temores das sombras, podia reclamar tal e qual Goethe na sua última exclamação: *Luz, mais luz.*

Para BRESCIANI desde a quebra deste ritmo, a *noção de trabalho se impôs soberana no mundo moderno [...] fundada na noção da conquista progressiva da natureza pelo homem* (1996:8). Ao quebrar o ritmo da natureza, a dinâmica das máquinas e dos instrumentos técnicos se impôs. A mesma autora indica o grande paradoxo da sociedade contemporânea:

... o crescente desconforto do homem em meio a um mundo de artefatos criados por ele mesmo. Até parece que assistimos à vingança dos deuses à ousadia prometeica de pretender dar aos homens – através do uso do fogo –, a possibilidade de ascender à condição divina de criador de coisas, libertando-o da modesta e subserviente situação de mero reprodutor dos frutos da natureza. [...] Com certeza essa rebeldia constitui algo profundo e especificamente humano: a negação de passar pela terra sem deixar marcas, sem criar um mundo entre os homens que permaneça para além da transitória e limitada vida humana. (1996:10)

Nesse sentido, a energia elétrica passou a fazer parte de um mundo onde o ambiente natural foi sobrepujado. Contudo, mais do que transformar a natureza, ela propiciou a utilização de máquinas e artefatos que transformaram a sociedade e os homens.

Criaram-se novas práticas de trabalho, exigindo do homem um submetimento ao ritmo das máquinas que, cada vez mais especializadas, demandaram trabalhadores qualificados. Instalou-se uma sociedade industrial que desterritorializou costumes e tradições inadequadas a este novo mundo: o mundo moderno.

Nele, é o homem que deve se adaptar ao ritmo da máquina que, embora criada por ele mesmo, transmuta-o em uma mera sombra. Na aposta humana da perenidade das coisas, o homem acaba fenecendo e as máquinas sobrevivendo.

Ainda que expandindo e crescendo, a Empresa de Eletricidade Salto é vendida para empresários paulistas passando a denominar-se Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.²⁵. Os proprietários paulistas mantiveram a mesma estrutura organizacional da empresa. Porém, com a presidência e a matriz em São Paulo, aumentaram a tarifa da energia elétrica de forma tal que desagradou os empresários do Vale do Itajaí. Quatro anos depois, insatisfeitos com a nova administração da FORÇALUZ, estes compraram a empresa de volta.

²⁵ Cartório Giudier, 7º Tabelião, Livro 78, p.48-9, São Paulo. Publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 111, ano 30 de 23.05.1920. O nome da Empresa de Eletricidade Salto, constará até 1934 nos balanços da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A., conforme Diário nº 10, p. 13 de 31 de dezembro de 1934.

A mudança de controle acionário e administrativo, agora sob a presidência de Max Hering, deu novo ímpeto à empresa, com a ampliação da área de atuação. A existência de energia elétrica colocou as empresas do Vale do Itajaí em melhores condições de concorrência com suas congêneres de outras localidades.

Com a ampliação da área de atuação, Itajaí que já recebia energia elétrica da FORÇALUZ, passa a fornecer energia para o atual município de Navegantes. Aldo Silva conta que para levar luz para Navegantes tiveram que *enjambrar* um poste com 34 metros de altura. O poste na verdade era formado por várias toras de madeira ligadas com um metal. *O fio tinha que ser alto, por causa do Rio Itajaí-Açú. Esse poste foi levantado com a ajuda de um cano.* Uma noite em que houve queda de energia em Navegantes, ele estava de plantão e foi designado para ir procurar o defeito. Atravessou de bateira para Navegantes, subiu no poste, e ao chegar em cima, verificou que havia um anel de metal que estava soltando. Com o peso do seu corpo o anel quebrou e o poste entortou, ficando o trabalhador pendurado entre os fios. *Achei que ia morrer. Mas consegui descer. Chamei um grupo de pessoas que estavam perto do local e endireitamos o poste. Subi novamente, consertei e voltei para a empresa para atender novos chamados*²⁶.

O que se observa no depoimento acima, é um trabalhador que percebe os grandes riscos envolvidos no seu trabalho, tendo inclusive vivenciado a morte de um companheiro devido a um choque ao consertar um poste. Mas que não lhe permite questionar a falta de segurança e as regras rígidas impostas pela empresa. Regras que obrigam o trabalhador a

²⁶ Aldo Silva. Em entrevista concedida à autora.

arriscar a sua vida para resolver os problemas na queda de energia elétrica e voltar para a empresa para atender outros chamados. Como se o perigo e a coragem devessem fazer parte do cotidiano e das obrigações do trabalhador e tivesse que ser enfrentado e vencido.

Nesse sentido é que se percebe como a produção de subjetividade leva os trabalhadores a submeterem-se e assumirem as regras da FORÇALUZ como algo natural. De tal forma, que *a experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano* (GUATTARI, 1996:38), impossibilitando uma análise crítica do trabalhador sobre sua condição.

Se levarmos isso em conta, teremos de reconhecer que o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação dos modelos dominantes, que encontramos não só nos partidos mais queridos ou nos líderes que nos defendem da melhor maneira possível, mas também em nossas próprias atitudes, nas mais diversas ocasiões (GUATTARI, 1996:48).

A empresa era, portanto, uma das máquinas produtoras de subjetividades dos trabalhadores. O Estado, com suas regulamentações e intervenções em relação a exploração do potencial energético, era outra máquina de produção de subjetividade, conforme percebido pelos empresários, à medida que buscavam minimizar essa intervenção, financiando ou se tornando políticos.

O setor elétrico até meados da década de 30, baseava-se na Constituição Republicana de 1891. Esta Constituição delegava aos proprietários do solo a exploração de seu potencial. Como os estados eram os proprietários das terras devolutas, estes tiveram seu poder fortalecido em detrimento do Governo Federal.

Consequentemente, esta legislação ambígua, fazia depender da natureza e abrangência do objeto, os contratos para a geração e distribuição de energia, firmados entre o concessionário e o poder público, fosse este federal, estadual ou municipal²⁷.

Assim, a produção e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, foi efetuada por uma tríade que reunia empresários, proprietários de terras e políticos, como se pôde perceber no Capítulo I, cujas atividades estivessem relacionadas às localidades a serem beneficiadas pela introdução da energia. Da mesma forma, permitiu que grandes conglomerados internacionais, sempre associados ao poder local, se estabelecessem em Santa Catarina. Essa concentração regional do poder decisório relacionado ao setor da energia elétrica, portanto, gerava uma liberdade de negociação e benefícios entre essas empresas e os municípios atendidos. Exemplo disto era a isenção total de impostos que a FORÇALUZ tinha da Prefeitura de Blumenau²⁸. Além disso, tinham total liberdade para construção de usinas e suas tarifas eram constantemente atualizadas, pois os contratos se baseavam na *cláusula ouro*, que era atualizada pelo câmbio mensal, gerando um lucro acentuado para essas empresas.

Essa lucratividade levava o capital estrangeiro a expandir-se no setor elétrico brasileiro, sempre agenciado com empresários locais. Em 1915 O Grupo *Light* mantinha controle de 40% da capacidade total instalada no país. Em Santa Catarina, por sua vez, a AEG, que possuía 81% da EMPRESUL, incorporou em 1928 cinco empresas de

²⁷ Em 1904 o Decreto nº 5.407 estabelecia as regras para os contratos de concessão e aproveitamento hidrelétrico, as atividades desenvolvidas pelo Governo Federal.

²⁸ No capítulo anterior indicou-se os cargos políticos ocupados pelos sócios e proprietários da FORÇALUZ. Compreensível, portanto, a generosidade das isenções concedidas pela Prefeitura para uma empresa privada.

eletricidade do Estado. Após a Primeira Guerra Mundial, contudo, surgem discussões acerca da dependência do setor elétrico ao capital estrangeiro, que culminam em teses nacionalistas e de intervenção do Estado.

Essas teses se acirraram com o Estado Novo, como foi chamada a Era Vargas, culminando na criação do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e na promulgação do Código de Águas em 10 de julho de 1934. Através dele, o Governo Federal passou a ser o único poder concedente sobre os aproveitamentos hídricos. Por esta nova legislação, as empresas de eletricidade do país estavam obrigadas a submeter todos os projetos de usinas hidrelétricas à consideração e eventual aprovação do Governo Federal (BHERING, 1988:82).

O Código consagrou o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos. Mais que isto, interferiu diretamente na cobrança das tarifas de fornecimento de energia elétrica, determinando que elas seriam estabelecidas em moeda corrente do país e revistas de três em três anos. Ao mesmo tempo, fixou as tarifas sem correção e estipulou em 10% o lucro máximo sobre a base do custo histórico dos bens (BHERING, 1988:81).

Como as empresas de energia elétrica instaladas no país, predominantemente estrangeiras, viram reduzir de forma acentuada seus lucros, reduziram igualmente seus investimentos no setor. Essa redução, associada à crescente demanda, provocada pela ampla utilização da energia elétrica nas indústrias e as solicitações para a extensão dos

serviços regulares de energia em áreas não atendidas, tornou crítica a situação de suprimento. Associado a estes fatores, durante a década de 40, o país sofreu alarmantes estiagens que piorou substancialmente o fornecimento. Esse cenário prejudicava todo o processo de industrialização, obrigando o Governo Federal a recuar de suas posições, adotando medidas que facilitassem e removessem obstáculos legais criados anteriormente pelo Código de Águas.

Os empresários do setor elétrico, através de uma *atitude reconhecedora*, se agenciaram, provocando uma mudança radical da situação. Conseguiram que o governo editasse um Decreto²⁹ que permitia novos investimentos por empresas estrangeiras que já estivessem utilizando quedas d'água anteriores à Constituição de 37, e uma Lei Constitucional³⁰ que autorizava as empresas que construíssem novas usinas a reajustar as tarifas de energia.

Estas medidas obrigavam os consumidores a financiar parte da construção das usinas. Essa prática seria novamente utilizada em 1954 com a criação do Imposto Único e em 1962 com o empréstimo compulsório, períodos em que o setor elétrico estava ainda sobre o controle do setor privado.

O caso específico da FORÇALUZ é um bom exemplo de como os empresários do setor elétrico se beneficiaram com essa nova legislação, à medida que se considera mais detidamente os dados disponíveis. Com o incentivo desta política federal, a FORÇALUZ

²⁹ Decreto-lei n.º 2.079 de 1940.

³⁰ Lei constitucional n.º 6 de 1942.

iniciou os estudos e projetos para a construção de duas novas usinas: Salto Pilão e Cedros. Apesar do Governo Federal aprovar em 1943 os projetos e outorgar a concessão para a construção da Usina Salto do Pilão, garantindo assim o reajuste tarifário, este foi abandonado por se tratar de um projeto muito caro e de longa duração. Evidentemente, o abandono do projeto não significou o cancelamento dos reajustes autorizados.

A FORÇALUZ, depois de vários estudos de viabilidade, optou pelo aproveitamento hidráulico do Rio dos Cedros. A obra da Usina Cedros³¹ iria requerer menor investimento, com a vantagem da instalação de uma usina de ponta, o que resolveria o problema da estiagem que tanto atingia o rendimento da Usina Salto Weissbach.

Neste período a empresa tinha 1.404 consumidores industriais e comerciais que utilizavam 57% da energia distribuída e 8.036 consumidores residenciais que ficavam com os 43% restantes de energia. Naquele ano a energia era distribuída para os municípios e localidades de Blumenau, Itajaí, Brusque, Indaial, Timbó, Taió, Arrozeira, Rodeio, Ibirama, Presidente Getúlio, Nova Bremen, Lontras, Rio do Sul e Gaspar, embora em proporções diferentes. Blumenau ficava com 44,5% da energia, Itajaí com 18,5% e Brusque com 15,2%. Ou seja, estes três municípios recebiam 88,2% da energia e os 11,8% restantes eram distribuídos entre as outras localidades³².

³¹ Os projetos da Usina Cedros foram aprovados pelo Decreto nº 19.617 de 1945. Sendo que a Portaria Ministerial nº 405 de 1948, publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho do mesmo ano é que fixou a potência do aproveitamento do Rio Cedros e o término da obra.

³² Dados obtidos no Relatório e Balanço da Empresa relativo ao exercício de 1944.

Pode-se concluir, portanto, que os setores industrial e comercial de Blumenau, além dos municípios de Itajaí e Brusque, financiaram boa parte das obras da nova Usina Cedros. Evidentemente, os principais empresários destas localidades eram os beneficiados, pois tinham garantido fornecimento de energia elétrica para suas empresas. A garantia de fornecimento regular de energia era, aliás, um dos maiores atrativos para a instalação de empresas na cidade de Blumenau³³.

Mas, o proveito destes empresários era amplificado, porque eles se beneficiavam, também, dos reajustes tarifários, dado que eram os maiores acionistas da FORÇALUZ, participando da Diretoria ou do Conselho Fiscal. Anote-se, por exemplo, que o reajuste tarifário aumentou em 53,71% a receita da empresa³⁴.

Acrescente-se, ainda, que em 1947, a empresa possuía 138 trabalhadores, com a folha de pagamento representando 18% da receita mensal. Os maiores salários eram, em ordem de valor, dos engenheiros, secretários, assistentes técnicos, assistentes administrativos e fiscais. Naquele ano, esses cargos eram ocupados por 11 trabalhadores, que comprometiam 20% da folha de pagamento. Por sua vez, a bonificação da Diretoria e do Conselho Fiscal foi de 253% em relação ao valor total da folha de pagamento dos trabalhadores³⁵.

³³ Aldo Silva. op. cit. Lembra que várias empresas que vinham se instalar no Vale do Itajaí, acabavam se instalando em Blumenau, pois dependiam de contrato firmado para fornecimento de energia para a empresa.

³⁴ Com a autorização para a cobrança da taxa adicional a tarifa de energia elétrica, passou de 13,57 para 22,43 centavos o quilowatts/hora. Dados obtidos no Relatório e Balanço da Empresa relativo ao exercício de 1944.

³⁵ Dados obtidos no Relatório e Balanço da Empresa relativo ao exercício de 1944.

A construção de novas usinas representava ganhos significativos para os empresários e acionistas da FORÇALUZ, enquanto, ao mesmo tempo, os períodos de construção destas usinas são descritos como os piores da história destes trabalhadores, pois além do aumento de serviço, eles ficavam sem reajustes salariais.

Em relação aos salários da FORÇALUZ é necessário ressaltar que estes eram determinados conforme a tarefa, o tempo de casa e a adesão do trabalhador às normas da empresa. Pedro Kraus, entre muitos outros depoimentos, relata uma situação extrema: *entrei na empresa com 16 anos, fiquei dois anos como aprendiz de instalador, ganhando apenas o dinheiro do ônibus*³⁶.

Os depoimentos dos trabalhadores colecionam queixas em relação ao salário, embora admitindo que somente hoje eles conseguem perceber o quanto eram mal remunerados. Mas, ao mesmo tempo, aparecem as ponderações acerca das dificuldades de se conseguir um bom emprego, como eram considerados os da FORÇALUZ. Àquela época a energia elétrica não era como nos dias atuais. Havia muito racionamento e, para uma empresa ou uma residência conseguir energia, era preciso uma negociação com a FORÇALUZ. Muitas vezes estes novos clientes dependiam de indicações.

A energia elétrica passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. A sua falta, nas indústrias, ocasionava diminuição ou paralisação da produção, desgaste das máquinas e, nas

³⁶ Pedro Kraus. Em entrevista concedida à autora. Coloca que conseguiu entrar na FORÇALUZ, pois tinha dois tios que trabalhavam e o indicaram.

residências, transtornos e até acidentes graves. Com as pessoas acostumadas à eletricidade, a sua falta obrigava a utilização de velas, muitas vezes esquecidas e provocando incêndios.

O *status* das empresas de energia era estendido aos trabalhadores da FORÇALUZ, responsáveis pela manutenção da eletricidade. Esse *status*, esse reconhecimento da comunidade pelo trabalho que eles executavam, que todos sabiam envolver riscos, amorteciam as queixas da própria família do trabalhador em relação à total disponibilidade deles para a empresa. A família era secundária, as atividades e festividades domésticas seriam interrompidas por qualquer problema na FORÇALUZ.

Além disso, percebe-se na fala do trabalhador o reconhecimento a empresa, apesar dos baixos salários, pois *graças a ela, pude sustentar minha família, criar meus filhos e até empregá-los. Eu sabia que se eu fosse um bom trabalhador, poderia arrumar emprego para meus filhos na FORÇALUZ*³⁷.

O que se constata na fala deste trabalhador é o que GUATTARI chama de *agenciamentos de enunciação individuais ou coletivos* (1993:178). Mais do que produzir uma representação do mundo e suas relações, como seria o caso da ideologia, a subjetividade produz desejos frente a esse mundo: desejos modelados.

Na modelização, os territórios existenciais são primeiro desterritorializados, retirando-se do trabalhador seu referencial de trabalhar e receber pelo seu trabalho. A

³⁷ Aldo Silva. op. cit.

seguir, ele é submetido a um modelo que reterritorializa o território existencial, pois se todos os trabalhadores tivessem os mesmos desejos, trabalhariam com a mesma dedicação, cumprindo seus horários e obrigações. Mas, sendo um *bom* trabalhador, atendendo as determinações da empresa sem discussão, extrapolando da sua jornada e obrigações contratuais, assumindo que não há diferenças entre o espaço doméstico e o laboral e que seus companheiros de trabalho constituem também uma família, ele poderá desejar muito mais, inclusive garantir emprego e futuro para os amigos, parentes e aderentes. Ainda que essa reterritorialização não seja total, pois cada trabalhador viverá esse novo território de forma única, dependente das escolhas pessoais, a produção de subjetividade buscará ser social e não individual, atuando em todas as instâncias da vida dos trabalhadores. Nas palavras de GUATTARI:

Não somente uma produção de subjetividade individuada - subjetividade dos indivíduos - mas uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. (...) produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos os campos (1996:16).

CAPÍTULO III

SUBJETIVIDADES E SINGULARIDADES

A Segunda Guerra Mundial e a declaração de guerra do Brasil ao Eixo Alemanha-Itália trouxe alguns problemas à FORÇALUZ, ao mesmo tempo em que fez ressurgir uma série de incidentes já vivenciados pelos alemães no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Numerosos industriais e comerciantes foram obrigados a deixarem seus cargos de chefia, por *terem os nomes incluídos em uma "lista negra", devido à ascendência alemã ou italiana* (HERING, 1987:212-3). Um deles foi Gustavo Stamm, que deixou o cargo de Diretor Gerente, obrigando a convocação de novas eleições. A empresa teve ainda que se defender das acusações de favorecimento ao III Reich. Conta-se, por exemplo, que o chefe da Usina Salto Weissbach foi preso pelo exército brasileiro como espião da Alemanha. Consta que foi encontrado um sistema de rádio completo, que serviria para que ele transmitisse informações aos serviços de inteligência nazista.

Da mesma forma, a FORÇALUZ viu-se obrigada a admitir trabalhadores brasileiros, para escapar da suspeita de germanofilia. O primeiro trabalhador da empresa que não falava o idioma alemão teve algumas dificuldades. Lembra que no primeiro mês de trabalho apresentou o talão de cobrança para uma alemã que se negou a pagar. Acabou ficando zangado e se alterou com a cliente, que imediatamente reclamou à empresa. Recorda que só não foi demitido porque ameaçou contar para o pessoal do Batalhão, que se instalara em Blumenau. Embora não tenha sido demitido foi, segundo ele, muito perseguido

pelo chefe de seção. Finaliza dizendo que a culpa foi sua pois vinha de Itajaí e *sabe como é que é, o pessoal lá é muito esquentado*³⁸.

A FORÇALUZ, durante todo o seu período de existência, caracterizou-se como uma empresa de alemães, tendo preferencialmente contratado trabalhadores de origem ou descendência germânica. Segundo HERING, algumas razões justificavam esta preferência: *um comportamento pouco crítico dos operários emigrados da Alemanha ou seus descendentes em relação às suas condições de vida; a busca da liberdade, entendida como um lugar onde fossem livres para trabalhar e criar seus filhos dentro de condições materiais satisfatórias; a docilidade frente ao paternalismo da direção* (1987:144,151,157). É ainda a mesma autora, citando WILLEMS, que indica *a passividade imposta pela servidão secular supostamente se manifestou numa atitude de submissão e respeito pela autoridade mais próxima, o patrão* (1987:151-2).

Estes comportamentos, adotados como modelo ideal para os trabalhadores, contribuíram para o sucesso dos empreendimentos alemães, e foram reforçados por um discurso em que se enaltecia a superioridade germânica para o trabalho. Este discurso foi introjetado pelo próprio imigrante alemão, que ao corresponder, na prática, à imagem discursiva vigente, acabou enlaçado por relações trabalhistas freqüentemente desumanas, propiciando a poucos empresários o sucesso em seus empreendimentos. Os outros trabalhadores, por sua vez, tiveram que competir e ser avaliados dentro desse novo modelo. Novo porque os empresários não se contentaram em *operar uma simples remodelagem das*

³⁸ Júlio Kock Júnior. Em entrevista concedida à autora.

subjetividades existentes, mas sim, buscavam a produção de um novo tipo de subjetividade (DELEUZE & GUATTARI, 1994:187).

Dessa forma é que, em Itajaí, por exemplo, os trabalhadores eram tidos como rebeldes, *mas quando em convívio com os alemães nas fábricas, assumiam seus padrões de conduta* (HERING, 1987:153). Pode-se, então, compreender a fala do trabalhador da FORÇALUZ que, a partir das relações de trabalho na empresa, passou a se avaliar tomando como modelo de comparação o trabalhador germânico e passando a corresponder ao modelo idealizado pela empresa.

A Segunda Guerra Mundial teve um impacto significativo para a indústria do Vale do Itajaí, porque ela mantinha laços estreitos com a Alemanha, tanto na importação de matérias-primas, quanto nas transações bancárias e na formação técnica de sua mão-de-obra. Com a guerra essa dependência ganhou visibilidade, à medida que impediu a importação desses insumos. Isso pode ser constatado na construção da Usina Cedros, pois levou a empresa a buscar alternativas para suprir determinadas demandas. Assim, a montagem eletromecânica da Usina Cedros foi executada pelos próprios trabalhadores da FORÇALUZ.

Em Blumenau, o ano de 1945 veio acompanhado de sérios problemas de estiagens. Como a Usina Salto Weissbach operava a fio d'água, sua geração diminuiu consideravelmente. Por consequência, as indústrias sofreram, de modo acentuado, restrições na respectiva produção. Este fato, aliado à nova legislação que somente

autorizava reajustes tarifários para empresas que investissem na construção de novas usinas, fez com que a FORÇALUZ buscasse novos projetos de ampliação. Os industriais, vale dizer acionistas, reuniram-se para a resolução do problema, concluindo ser necessário empregar todo o recurso disponível no aumento da produção de energia, através da construção de uma nova usina.

Assim, a FORÇALUZ iniciou a construção da usina Cedros. Todo o projeto e execução da obra da Usina Cedros³⁹ encontra-se em um minucioso dossiê, permitindo perceber as dificuldades encontradas. Durante a sua construção vários foram os acidentes. Um deles aconteceu no dia 21 de abril de 1948 quando

... dois trabalhadores da firma Bollinger & Moretti Ltda. dirigiram-se para o mato para buscar madeira bruta. Infelizmente resolveram, e com o consentimento do Sr. Bollinger, derrubar uma grande árvore situada logo atrás do paiol de explosivos. Esta árvore ao tombar veio cair sobre o depósito de dinamite contendo cerca de 1 tonelada e meia de explosivo. Por uma sorte incompreensível as espoletas ficaram intactas ao passo que a casa e algumas caixas de dinamite ficaram completamente esmagadas. Ao tombar a árvore ainda derrubou a nossa linha de baixa tensão e quebrou cerca de 9 chapas de eternit no telhado do galpão de aduelas⁴⁰.

Com todos os problemas e percalços, entretanto, a Usina Cedros era de importância estratégica para a empresa. Não é por outra razão que, ao referir-se à usina, o Presidente da FORÇALUZ definia-a como *vultoso empreendimento, que tão grande significação tem para o futuro da nossa empresa e que se acha tão intimamente ligado à economia e ao progresso de toda a região servida pelas nossas redes⁴¹.*

³⁹ Ver no anexo III a especificação das turbinas e geradores da Usina Cedros.

⁴⁰ Correspondência enviada pelo Engenheiro Fiscal das obras da Usina Cedros à Diretoria da FORÇALUZ em 21 de abril de 1948.

⁴¹ Pronunciamento de Guilherme Renaux, Diretor-Presidente da FORÇALUZ, que consta publicado no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1947.

Situada no município de Timbó, a Usina Cedros, distante 51 km da cidade de Blumenau, aproveita o desnível de 214 m do rio Cedros. Este rio recebe, ao longo de seu percurso, a contribuição de inúmeros afluentes por ambas as margens, destacando-se como principal o rio Palmeiras, que corre na mesma região e em curso praticamente paralelo ao rio Cedros, com desembocadura poucos metros a montante do local da casa de força.

Suas obras representaram para a empresa uma autonomia na confecção de material como tubos, cotovelos, bifurcações e outras peças especiais, que foram pela primeira vez adotadas em construções de usinas no continente sul-americano. Essas peças foram feitas nas oficinas da Usina Salto Weissbach, dispensando a importação e significando grande economia para as obras⁴².

A sua construção ocupou, em média, 110 trabalhadores, dos quais somente 26 possuíam carteira de trabalho. A partir de 9 de outubro de 1949 todos os trabalhadores passaram a ser contratados temporariamente pela FORÇALUZ, em decorrência do término do contrato com a Empresa Bollinger & Moretti Ltda.

Uma análise da folha de pagamento desses trabalhadores fornece uma idéia do índice de rotatividade. Apenas no ano de 1947, por exemplo, foram admitidos 657 trabalhadores e demitidos 518. O próprio Diretor Presidente da FORÇALUZ mencionava no Relatório da empresa do ano anterior *a dificuldade para a contratação de operários*

⁴² Dados constantes no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1948.

*especializados para a construção da Usina Cedros*⁴³. Talvez a afirmativa do Presidente fosse exagerada, quando se considera o perfil dos trabalhadores contratados: quase todos solteiros, na faixa dos 20 anos de idade, sem instrução e com piso salarial baixo não parece ser o perfil do operário especializado.

Todos esses trabalhadores tinham uma folha de pagamento em separado, nas categorias mensalistas, diaristas ou horistas. É claro que em uma obra grandiosa como era a construção da usina, o alto índice de rotatividade de pessoal torna-se até compreensível. Mas, outras razões podem ser aduzidas: falta de opções de emprego em uma área eminentemente agrícola, como a localidade onde se situa a Usina Cedros e Palmeiras, no interior do município de Timbó; inadaptação dos trabalhadores às normas e rotinas da empresa, seja pela origem rural, seja pela idade; serviço pesado, com baixa remuneração e nenhum treinamento; chefias sem qualificação para a função. Os chefes eram chamados de feitores e sub-feitores. Denominação que se encontra inclusive na folha de pagamento. E, segundo os entrevistados, o tratamento dispensado aos trabalhadores da construção da Usina era muito próximo do descrito no regime escravocrata. Assim, só ficava quem realmente precisasse do emprego e não arrumasse trabalho melhor.

Esses trabalhadores não tinham vínculo empregatício com a empresa, não tendo a experiência da dinâmica organizacional da mesma. É preciso enfatizar que eles não foram submetidos ao aprendizado específico, necessário ao operário especializado da FORÇALUZ.

⁴³ Pronunciamento de Guilherme Renaux, Diretor-Presidente da FORÇALUZ, que consta publicado no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1946.

Na relação de ensino-aprendizagem pelo trabalho, o trabalhador vai tendo a sua formação profissional, ou seja, vai aprendendo o trabalho. Contudo, junto com a aprendizagem da formação profissional, aprende-se o dever ser (...) Para o trabalhador tornar-se um profissional, aprendeu o trabalho e junto a obediência à autoridade (ROSA, 1994:78-9).

Em outras palavras, é o aprendizado que impele o trabalhador à submissão sem questionamentos das normas da empresa. O que não significa que seja ela a única máquina produtora de subjetividade, que são múltiplas, variadas e conectadas entre si, tais como a religião, a família, a escola, a associação esportiva, enfim todos esses espaços onde ocorre uma transmissão de conhecimentos que busca criar indivíduos *normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão* (GUATTARI, 1996:16).

As construções das usinas da FORÇALUZ eram caracterizadas por um alto índice de rotatividade, conforme se indicou, mas também por um grande número de pessoas de uma mesma família, o que pôde ser detectado pelos sobrenomes idênticos nas folhas de pagamento e nos depoimentos das pessoas que trabalharam na obra. Explica-se esta situação pela forma de recrutamento e contratação do trabalhador, através de indicações de parentes ou amigos, sendo preferencialmente aceitos indivíduos germânicos, tanto para a construção das usinas, quanto para a própria empresa. SILVA entende essa prática como um mecanismo de controle. As empresas acreditam *no papel policiador e estabilizador da relação entre amigos, familiares, compadres e colegas de trabalho, buscando inibir a eclosão de conflitos* (1995:23). Tal procedimento visava tanto o aspecto material ligado à força de trabalho, com a diminuição dos índices de absenteísmo, aumento da produtividade e emulação coletiva laboral, quanto o aspecto moral no sentido de pertencimento e apego a

uma grande família. A forma de recomendação ou de avaliação do trabalhador foi formalmente utilizada pela FORÇALUZ, existindo várias pastas onde estão as fichas dos empregados com o respectivo formulário do seu avaliador. E qualquer *mau comportamento* ou *falta* também recaía sobre quem o avaliava.

A Usina Cedros, considerada vital para a região, foi inaugurada no início de 1949, período de grande estiagens e forte aumento na demanda devido ao auge do trabalho das indústrias de safra. Sem a sua produção a região teria sofrido o maior racionamento de energia de toda sua história, com prejuízos enormes para as indústrias. Além disso, a FORÇALUZ pode socorrer a EMPRESUL, pois esta, devido à seca, também vinha sofrendo com grandes racionamentos⁴⁴.

A Usina Cedros representou um avanço, também para a FORÇALUZ, dado que a produção da Usina Salto Weissbach não supria mais a demanda da região. Como a empresa detinha a concessão de fornecimento de energia elétrica para o Vale do Itajaí, sem o aumento na geração não poderia assumir mais nenhum compromisso, o que significaria prejuízos financeiros consideráveis. Apenas para exemplificar, com uma zona de concessão de operação com 10.125 km² de áreas de terrenos férteis a FORÇALUZ foi pioneira na eletrificação rural do Vale do Itajaí. O consumo específico em toda a região era da ordem de 97 Kwh/hab./ano, passando em 1952 para 200 Kwh/hab./ano, o que demonstra um

⁴⁴ A primeira máquina foi acionada em 19 de março de 1949 e a segunda em 20 de maio do mesmo ano, com capacidade instalada de 5.100 CV, para cada unidade geradora, significando um aumento de 30,2% na produção da FORÇALUZ. Dados constantes nos Relatórios da FORÇALUZ sobre a Usina Cedros e sobre a região do município de Timbó.

aumento de mais de 100% em relação ao decênio anterior. Por consequência, o aumento da produção significaria um aumento significativo na receita da FORÇALUZ⁴⁵.

Apesar disto, é exatamente no ano de 1949, que vamos encontrar o Presidente da empresa, Guilherme Renaux, alertando os acionistas para o aumento significativo das despesas, em decorrência da Lei que estabelecia o descanso semanal remunerado aos domingos e feriados. Ou seja, após 29 anos de empresa o trabalhador teria direito a receber pelos serviços prestados nestes dias. Aumento que, segundo as análises realizadas junto às folhas de pagamentos deste período não chega a 5%⁴⁶.

Apesar de ter um horário de serviço estabelecido em contrato - 7.00 às 18.30 horas, com um intervalo de 1 hora para o almoço - sempre que necessário, a jornada de trabalho era alongada com a obrigatoriedade de horas extras sem remuneração. O não cumprimento das ordens implicava em demissão do trabalhador.

Muitas histórias são contadas sobre problemas de interrupção no fornecimento de energia, com o trabalhador sendo mandado para o local, independente de dia e hora. Sempre havia alguém de plantão, quando não eram chamados vários trabalhadores extras.

O trabalhador tinha que sempre estar a disposição da empresa quando da queda de energia. Fato que ocorria freqüentemente pela precariedade das instalações e pelo fato de que os sistemas eram interligados. Sempre que chovia tínhamos que correr para a empresa pois caia a luz. Lembro uma véspera de Natal. Eu estava na fila do cinema com meu terno novo, quando faltou luz. Imediatamente, mesmo sem ser chamado, pois era norma, fui para a empresa sem trocar de roupa. Só voltei para casa no dia seguinte com o terno todo estragado⁴⁷.

⁴⁵ Dados constantes no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1952.

⁴⁶ Pronunciamento de Guilherme Renaux, sobre a Lei n.º 605 de 1949, publicado no Relatório e Balanço da empresa relativa ao exercício do mesmo ano.

⁴⁷ Itamar Ludovico Caetano. op. cit.

A FORÇALUZ funcionava de modo específico, impondo ao trabalhador uma forma diferenciada de trabalho. O fato da energia elétrica não poder ser gerada e guardada mas, ao contrário, ser produzida e lançada diretamente na distribuição, exigia a disponibilidade absoluta do trabalhador para que não ocorresse nenhuma forma de interrupção na entrega do insumo vendido. Portanto, os trabalhadores deveriam estar sempre alertas, prontos para qualquer problema, ocorrência ou disfunção produtiva ou distributiva. O calendário normal não existia para estes trabalhadores: domingos, feriados e festividades não eram dias livres para o lazer e a família. Manhãs, tardes, noites e madrugadas eram horários indiferenciados, em que continuavam suas funções e atribuições.

Na época da FORÇALUZ, tínhamos em seis pessoas que levantar um poste. Botávamos as ferramentas na bicicleta, mesmo em épocas de chuva. Como não se podia desligar a luz durante a semana, aos sábados fazíamos o buraco até o meio dia, durante o expediente. Domingo de manhã às 6.00 horas tinha que estar todo mundo lá para levantar o poste. Era no braço, pois guincho não existia. Em seis, às vezes um falhava, mas tinha que ser feito. Postes maciço de material que pesava 1.200 quilos. Eram quase 200 quilos para cada um levantar no ombro⁴⁸.

O barrageiro da usina, por exemplo, em períodos de cheias com o aumento excessivo do nível d'água era obrigado a abrir as comportas, para que as máquinas não fossem danificadas. Da mesma forma, em períodos de estiagem, tinha que acompanhar diuturnamente a vazão do rio para garantir a produção energética. Para tanto a empresa mantinha as residências dos trabalhadores junto as usinas. Devendo controlar ininterruptamente o funcionamento da mesma, então, a alternância natural entre os períodos de cheia e estiagem obrigava os trabalhadores e suas famílias, independente do horário de trabalho e das condições climáticas, a regularem a produção de energia e a vazão do rio.

⁴⁸ Pedro Kraus. op. cit.

Ao oferecer moradia no próprio ambiente de trabalho, além do trabalhador se apegar ao local e cuidar dele como se próprio fosse, implicava em manter vigilância e cuidado sobre o local durante as 24 horas do trabalhador e, por extensão, de toda a família.

Assim, os filhos acabavam tendo como local de moradia, o mesmo local de ensino-aprendizagem para as funções que iriam desempenhar ao substituir os pais. Este fator, associado a dedicação da família, implicava para a empresa uma economia considerável, pois além de não gastar com treinamento e substituição de mão de obra especializada para o trabalho, ganhava no cuidado com as máquinas e na conservação do ambiente.

Além disso, pela quantidade de horas que passavam na empresa, os trabalhadores, criavam laços afetivos e de amizade não só com os amigos de trabalho, mas também com o próprio espaço laboral. Este espaço, a princípio institucional, transmudava-se em espaço privado, tornando-se seu segundo lar.

Percebe-se, portanto, o que ARENDT (1981) denuncia como perda de direitos humanos pela indiferenciação entre a esfera pública e a privada. Pois o espaço de ação e de discurso que seria a esfera pública foi invadido pela esfera privada. Estes campos, tanto o público quanto o privado, tornam-se meros campos de necessidades vitais. Enquanto deveriam ser o espaço de construção de um mundo comum pelos homens, reafirmando a condição humana do direito a ter direitos, pelo discurso e pela ação.

Paralelamente, alterava-se a noção e a percepção de tempo, surgindo o que THOMPSON (1981) denomina de tempo disciplinado. Isto é, a inclusão do tempo associado aos afetos relacionados ao trabalho ocorria de forma tão íntima, que a empresa passava também a ser considerada sua, ao dar seu tempo, seu suor e seu afeto, ele lutou para construir, manter e fazer progredir o empreendimento. Deu sentido à sua existência e aos seus esforços, positivando o tempo disciplinado. Através do tempo, produziu algo a que se afeiçoou: sua empresa.

Por outro lado, a figura do patrão, enquanto proprietário, ficou diluída, invisível, quase inexistente. A obediência às normas e regras se dá de forma *natural*, pois o trabalhador está se dedicando a algo que gosta. Segundo CECCON:

É mais fácil dominar pelo afeto do que pela força. Agora, a dominação pelo afeto, que é justamente o paternalismo e o assistencialismo, é a pior forma de dominação, porque usa o que existe de mais sagrado e íntimo na pessoa para escravizar, faturar política e economicamente (1991:29).

Outros autores, entre eles, FREIRE (1979) e PONCE (1992) apontam que esse modo de ser do trabalhador, diga-se modo de ser ideal, almejado pelos patrões, ele só aprende no trabalho-escola. Aprendizagem que ele transfere para outros espaços. Ao falar do seu trabalho e de suas ferramentas, estas se personificam e são significadas. Ao falar de si e significar seu modo de trabalhar, cria-se uma forma de subjetivação, fugindo da uniformidade das relações de produção.

A relação que o trabalhador estabelece com a empresa é uma relação ambígua e contraditória. No primeiro momento, é a opressão que faz com que o trabalhador se submeta, dado que precisa sobreviver através do salário, que é o meio de satisfazer suas

necessidades vitais e de sua família. No segundo momento, os trabalhadores terminam enlaçados a um sistema em que as diferenças entre a vida e a ocupação profissional desaparecem. Com um único e exclusivo sentido: viver para trabalhar, trabalhar para viver. A empresa se transforma. Se antes era um espaço público, agora é um espaço familiar, íntimo, dotado de sentido e afeto. Criam-se redes de solidariedade entre seus membros e a submissão, ainda que incoerente à visibilidade externa, não é desprovida de sentido e de razão de ser aos olhos dos próprios participantes:

Na FORÇALUZ era um coleguismo grande entre os trabalhadores. Como uma família. A turma era tão unida, que quando o chefe tinha qualquer coisa para chamar atenção de alguém, o resto do pessoal andava de orelha em pé. Esperavam quem fosse ser chamado e o avisavam antes do que estava acontecendo. Assim ele ia preparado para falar com o chefe⁴⁹.

O que se constata na fala deste trabalhador é que apesar de todas as estratégias da empresa, buscando modelar o comportamento de seus trabalhadores, essa modelização não consegue ser total e uma forma de resistência é a organização informal. O companheirismo, neste sentido, efetivava uma subjetivação onde a estratégia era minimizar os confrontos entre o trabalhador e a empresa.

O projeto tecnológico utilizado na construção da Usina Cedros, caracterizado pelo pioneirismo, mas não inteiramente executado devido as ocorrências imprevistas que uma obra daquele porte continha, acabou revelando-se problemático. A usina e sua produção, estavam subordinadas ao aumento ou diminuição do fluxo das águas, dado que a barragem de captação existente só conseguia acumular 1.500.000 m³ de água, insuficientes para o seu funcionamento. Assim, havia a necessidade de um outro reservatório com capacidade para

⁴⁹ Júlio Kock Júnior. op. cit.

11.000.000 de m³ para garantir o funcionamento da usina durante uma estiagem⁵⁰. Caso contrário, a empresa via-se novamente às voltas com racionamento, pois dependia das condições climáticas para a produção. Para remediar esta dependência é que no ano de 1951 foram iniciados os trabalhos para a construção da Bacia de Acumulação Pinhal, medida necessária para corrigir o regime do Rio dos Cedros e, portanto, indispensável à usina⁵¹.

Assim é que a FORÇALUZ iniciou a década de 50 apresentando um aumento de apenas 2,3% na geração de energia elétrica. Este percentual pode ser considerado muito baixo, ainda mais porque o setor de geração tinha sido ampliado com o funcionamento da Usina Cedros. Naquele período, contudo, a empresa estendeu as redes de distribuição para 54 localidades, nos mesmos municípios de atuação⁵².

A consequência imediata foi que, mesmo as áreas que já dispunham dos serviços regulares de energia elétrica, como Blumenau, viram-se às voltas com um grande racionamento. As indústrias foram proibidas de funcionar entre as 18 e 22 horas, quando o consumo residencial era maior, exigindo da FORÇALUZ a montagem de um esquema de fiscalização, pois as empresas recusavam-se a parar suas máquinas. Por outro lado, durante o dia, havia o racionamento de energia das residências, avisando-se por rádio os dias,

⁵⁰ Memorial Descritivo da Bacia de Acumulação Pinhal da Usina Cedros da FORÇALUZ.

⁵¹ Os projetos da construção da Barragem da Bacia de Acumulação Pinhal foram aprovados pelo Sr. Ministro da Agricultura no dia 09 de outubro de 1952, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de outubro do mesmo ano.

⁵² Dados constantes no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1952.

horários e a localidade atingida⁵³. Algumas indústrias viram-se obrigadas a instalar geradores próprios movidos a diesel. Estima-se que um quarto da capacidade instalada de geração de energia no país no triênio 1952/54 eram provenientes destas usinas diesel (LEITE, 1997).

No sentido de, senão resolver, pelo menos minimizar o problema, a FORÇALUZ instalou, em 1952, junto a Usina Salto Weissbach, uma usina termelétrica⁵⁴. Esta usina tinha como função assegurar a potência da Usina Salto Weissbach em épocas de estiagens e de enchentes. Com a produção da Usina Diesel somada ao funcionamento do Complexo Salto-Cedros a produção de energia no ano de 1952 foi superior ao ano anterior em 18%, com um aumento de 78% em relação aos últimos cinco anos e de 139% no decênio 1943-52⁵⁵.

Após anos de estudos, em 1954 a FORÇALUZ, iniciou as obras da maior hidrelétrica de Santa Catarina até os dias atuais: Usina Palmeiras⁵⁶. Localizada no município de Timbó, com um total de 3.200m² de área construída, a Usina Palmeiras fica ao lado da Usina Cedros.

⁵³ Pedro Kraus. op. cit. Relata que durante esse período, ele era obrigado a trabalhar das 18.00 até as 22.00 horas na fiscalização das indústrias de Blumenau.

⁵⁴ Aprovada a instalação pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1951, através do Decreto n.º 30.362, publicado no Diário Oficial da União no dia 1 de novembro de 1951. A usina possuía capacidade de 3.000 Kw, composta de 3 unidades geradoras diesel-elétricas, cada uma com 1.000 Kw de potência. A primeira destas unidades começou a funcionar no dia 02 de maio, a segunda no dia 13 e a terceira no dia 26 do mesmo mês de 1952. A proximidade das datas demonstra bem a urgência da situação.

⁵⁵ Dados constantes no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1952.

⁵⁶ Decreto n.º 34.926 de 1954 que autoriza o aproveitamento do Complexo Cedros-Palmeiras, com a instalação de 2 unidades verticais. A Usina Palmeiras gera energia de ponta, com potência mecânica de 24.000 CV e elétrica de 17.600KW. Ver no anexo IV a especificação das turbinas e geradores da Usina Palmeiras.

Suas instalações diferem das duas outras usinas da FORÇALUZ, pois os dois geradores são embutidos, ficando visível apenas as respectivas excitatrizes. O subsolo possui dois pavimentos. Na parte inferior, ficam as tubulações e as turbinas e, na parte superior, os geradores.

O projeto era da Empresa Servic Engenharia S.A. do Rio de Janeiro e a execução dos trabalhadores da FORÇALUZ e de outros contratados. Félix Bertoldi relembra dos primeiros serviços:

... arrumamos o chão, fizemos os acampamentos e construímos as primeiras casas. Quando começaram a concretar a primeira parte da obra trabalhavam em dois grupos na concretagem. Era uma turma de dia e outra a noite, para não parar. As vezes um bloco da barragem levava um mês. Dia e noite. Porque naquela época era feito tudo no braço. Só tinha betoneira de fazer a mistura, depois era levado em caçamba e depois era virado e depois era espalhado no braço⁵⁷.

A barragem de regularização ou do Rio Bonito retém 32.000.000 de m³ do deflúvio do Rio Palmeiras, equivalendo a 20 milhões de Kwh. A área onde foi construída essa barragem teve que ser desocupada. Kurt Hoffmann⁵⁸ relata que eles tiveram problemas para a remoção dos moradores locais, ao ponto de, em certa ocasião, serem recebidos *a bala por moradores da região*, indignados por terem de sair de seus lares. Depois, a situação se regularizou e a área foi inundada.

A barragem de acumulação e captação, chamada de Rio Rosina, fica a 58 metros acima do nível do mar. Para a sua utilização foi necessária a construção de uma barragem

⁵⁷ Félix Bertoldi. Em entrevista concedida à autora.

⁵⁸ Kurt Hoffmann. Em entrevista concedida à autora.

de gravidade que captava água visando desvia-la do Rio Palmeiras a um túnel. Esse desvio tem 10 metros de altura e 53 metros de comprimento, com volume de 3.200m³ de concreto. O túnel adutor, por sua vez, tem 846 metros, com secção transversal de 5m². Na sua construção foi necessário escavar em uma camada de rocha compacta, onde foram usadas 26 toneladas de dinamite.

Os trabalhadores aposentados da FORÇALUZ⁵⁹ que construíram a Usina Palmeiras, reiteram que *nas obras de perfuração do túnel as equipes revezavam os turnos, pois as obras eram tocadas dia e noite: era tudo feito no braço, porque não era que nem hoje que tem mangueira espalha concreto*, afirma Félix Bertoldi⁶⁰.

É o mesmo trabalhador que relembra que executou, juntamente com Valdir Baumler⁶¹, o trabalho mais perigoso que a FORÇALUZ já teve. Foi o trabalho realizado no beiral a 291 metros de altura para desmatamento e retirada das pedras: *trabalhavam dez homens, cinco segurando e controlando as cordas e os outros cinco pendurados sobre o abismo, fazendo o serviço. Se alguém escapasse de lá, só ia talvez juntar a roupa, porque ia uns duzentos metros para baixo. Mas não eram homens, aquilo era herói*⁶².

Eles contam ainda de um acidente fatal, em que cada um deles perdeu um tio. Havia homens trabalhando na parte superior do morro e outros na parte inferior, quando uma pedra que estava sendo removida, rolou morro abaixo, matando dois trabalhadores. Além

⁵⁹ Lino Purin; Valdir Baumler; José Bertoldi e Félix Bertoldi. Em entrevistas concedidas à autora.

⁶⁰ Félix Bertoldi. op. cit.

⁶¹ Valdir Baumler. op. cit.

⁶² Félix Bertoldi. op. cit.

disto, estragou 400 metros de trilhos, canos e postes. *A pedra pulava e rolava e onde batia afundava o barro em pelo menos 80 centímetros. Esse acidente estragou quase todo o serviço feito até aquele momento*⁶³.

Naquele tempo, nas próprias palavras dos depoentes, *o serviço era de escravidão. Trabalharam os sete dias da semana, em turnos de 12 horas, independente do clima. Levaram 2 anos e 15 dias para perfurar o túnel. O acesso ao canteiro de obras demandava até 3 horas de caminhada nos períodos de chuvas, pois o caminhão que normalmente os levava ficava impedido de passar. O trabalho alternava-se entre subidas ao morro carregando canos ou trilhos nas costas de quatro a cinco homens, ou mergulhando como escafandrista, para serviços realizados embaixo da água. Foi necessário que o encarregado das obras da usina oferecesse 50% a mais no salário para montar uma equipe de trabalho, disposta a ir trabalhar no local da barragem do Rio Bonito. Valdir Baumler finaliza afirmando que as pessoas que trabalharam na construção da Usina Palmeiras deram a vida, a saúde, o tempo e muitos que ajudaram a furar o túnel, hoje estão na miséria, nós estamos ganhando pouco de aposentadoria e outros estão carregando banana para sobreviver*⁶⁴.

Os trabalhadores que construíram a Usina Palmeiras e que estão atualmente aposentados pela CELESC, inclusive com medalhas de sócios fundadores da Fundação CELOS, órgão previdenciário da empresa, ganham hoje menos de um salário mínimo de aposentadoria. Alguns ainda trazem no corpo marcas do trabalho pesado que executaram. É

⁶³ id. ibid.

⁶⁴ Valdir Baumler, op. cit.

o caso de Valdir Baumler que está com problemas nos braços, não conseguindo mais levantá-los, de tanto bater com a picareta quebrando pedras. Mas tem orgulho ao afirmar: *eu deixei muita coisa na empresa. Eu entrei comendo frutos que alguém plantou, mas também deixei fruto plantado para alguém comer. Eu fiz o meu trabalho, foi toda minha vida com amor e com carinho*⁶⁵.

Para se ter acesso a essas barragens foi necessário construir 15 km de estradas vicinais que até hoje podem ser percorridas em visita a usina. Pelos relatórios existentes sobre a construção pode-se perceber que, pela primeira vez, a empresa sofreu uma forte pressão em relação as áreas que estavam sendo desmatadas e as árvores que estavam sendo derrubadas. Nos arquivos encontram-se dezenas de recibos de pagamento de indenização pelas árvores frutíferas derrubadas para a instalação das linhas de transmissão que passavam em terrenos de propriedade particular.

A construção da Usina Palmeiras demandou mais de uma década. Com a inauguração de suas duas unidades geradoras em 1963, a produção bruta da FORÇALUZ teve um aumento de 27%. Este aumento pode ser considerado significativo, levando-se em consideração que, neste mesmo período, a Usina Diesel foi desativada. A Usina Palmeiras teve mais 2 unidades geradoras acionadas em 1964, significando um aumento de 40% na produção de energia elétrica no período de 1963-64.

⁶⁵ Id. Ibid.

Naquele ano, Blumenau consumia 48% da energia gerada pela FORÇALUZ, Itajaí 16% e Brusque 15%, sendo que os 21% restantes eram distribuídos entre os 54 municípios e localidades onde a empresa atuava⁶⁶.

Se a construção da Usina Palmeiras significou um avanço na produção de energia elétrica, para os trabalhadores foi um retrocesso, pois ficaram 4 anos sem aumento salarial. A direção da empresa sempre condicionava os salários às tarifas concedidas pelo governo. Em outras palavras, qualquer reivindicação de reajuste salarial, em tese, somente seria atendida se o governo concedesse igual reajuste para as tarifas, o que, na prática, os inviabilizava. Várias assembleias foram feitas para discutir esse aumento salarial junto com o Sindicato.

O Sindicato criado no dia 28 de abril de 1957, com a denominação de Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Vale do Itajaí, mais tarde denominado Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí - SINTEVI, apesar de ser um dos primeiros da categoria no Estado, demonstrando um desejo de organização dos trabalhadores, era um sindicato atrelado aos interesses patronais e não uma entidade representativa dos interesses dos trabalhadores, como se pode constatar no depoimento abaixo:

O Sindicato era só um segmento da empresa. Era uma forma dos trabalhadores conseguirem benefícios. Somente em 1986, quando o Pedron assumiu a presidência, é que o Sindicato deixou de ser

⁶⁶ Dados constantes no Relatório e Balanço da empresa relativo ao exercício de 1963.

*ligado a área patronal. Até então só reivindicava benefícios. Tanto que o Hugo Gertner, Gerente Administrativo da FORÇALUZ, foi também Presidente do Sindicato*⁶⁷.

Como o Sindicato era um segmento a mais da empresa, as assembléias ocorriam nas dependências da mesma, com participação da quase totalidade dos trabalhadores. O Presidente do Sindicato que dirigia as assembléias era César Müller, que também era acionista da FORÇALUZ. Neste duplo papel, acatava o argumento da empresa de que esta não concedia o aumento porque a Divisão de Águas, órgão federal que estabelecia as tarifas, não permitia o repasse. Evidentemente, silenciava-se sobre o percentual de gastos com a folha de pagamentos.

Alfredo Gonçalves conta que, como ninguém se manifestava na assembléia, ele, que à época tinha 22 anos, pediu a palavra:

*Se para nos dar 40% de aumento na folha de pagamento a empresa está pleiteando com a Divisão de Águas também 40% no aumento das tarifas, isto é um absurdo. Pois isto dá um aumento substancial no faturamento da empresa, sendo que a folha de pagamento não compromete 10% desse faturamento. Ai, se podia ouvir uma mosca voar. A resposta do Presidente do Sindicato foi a mais estúpida possível: 'é claro, a empresa não vai tirar do bolso dela para pagar os trabalhadores, ela tem que tirar é das tarifas'. Na mesma hora respondi: Pois é, Sr. Presidente, o que a empresa tá querendo é nos usar para aumentar ainda mais o seu faturamento, e não está preocupada em nos conceder reajuste salarial*⁶⁸.

O mesmo entrevistado, ainda que passados tantos anos daquele acontecimento, argumenta que: *na verdade, como até hoje, no Brasil os empresários sempre usaram as entidades representativas dos trabalhadores para colocar a serviço da empresa para*

⁶⁷ Osmar Soares. Em entrevista concedida à autora. Foi Presidente do Sindicato na gestão 92-96, sendo atualmente Secretário Geral da Entidade. Ele se refere a Isaltino Pedron, funcionário de CELESC desde 1969, que presidiu a primeira diretoria de oposição do Sindicato no período 1986/90.

⁶⁸ Alfredo José Gonçalves. Em entrevista concedida à autora. Este funcionário foi admitido na FORÇALUZ devido as indicações do próprio Presidente do Sindicato César Müller para quem já trabalhava a noite projetando slides de propaganda na Rua XV.

pressionar o governo, no sentido de atender os seus interesses e nunca os dos trabalhadores.

Aquele posicionamento tomado na reunião viria a ter sérias repercussões na vida de Alfredo Gonçalves. De um lado, foi advertido pela Diretoria da FORÇALUZ e, por outro lado, foi cobrado pelos companheiros no sentido de formar uma chapa de oposição à Diretoria do Sindicato. Nas palavras do entrevistado:

Formamos uma chapa de oposição com o Maneca⁶⁹ de Timbó que tinha 30 anos de empresa e a registramos horas antes de encerrar o prazo legal para as inscrições. Eles [a Direção da empresa] não acreditaram e ficaram desesperados. Estavam acostumados a não ter concorrência. Me chamaram e prometeram aumento de salário, carro novo para não fazer as cobranças na chuva, nem no sol, carreira na empresa, etc. para que eu desistisse de concorrer. Pois em uma chapa de 16 membros eu levei 9. Se eu saio desmonto a chapa. Eu disse a eles que eu era um caboclo, embora de olhos azuis, mas que era um homem e não um moleque. Como é que eu ia olhar nos olhos dos meus companheiros?

A diretoria da empresa reagiu com uma campanha difamatória contra os integrantes da chapa de oposição, taxando-os de comunistas. Osmar Soares relata que todos os integrantes da chapa do sindicato eram chamados de vez em quando ao quartel militar. Esta, por sua vez, deixava o sindicato se manter mas ficava de olho: *tanto é que ficamos duas décadas sem greve*⁷⁰.

Nos arquivos da FORÇALUZ encontra-se uma pasta com o nome dos trabalhadores *subversivos*, bem como as correspondências enviadas pelos mesmos do quartel militar, avisando que não haviam abandonado o serviço e sim que estavam detidos. Pela análise da

⁶⁹ José Renato Jansen. Em entrevista concedida à autora. Funcionário da CELESC, o avô, pai, irmão e 3 tios trabalharam na FORÇALUZ. Seu avô foi preso junto com Alfredo José Gonçalves. O entrevistado afirma que tem 36 anos de empresa, "pois nasci dentro da FORÇALUZ levando lanche para o meu avô, pai e tios".

⁷⁰ Osmar Soares, op. cit.

documentação existente na pasta, percebe-se que não concordavam com as acusações contra eles, entre as quais incluía-se a intenção de colocar veneno no reservatório de água. Porém, sabiam perfeitamente que estavam sendo interrogados pelas ligações sindicais. Pedro Kraus⁷¹ relata que as pessoas que faziam parte da chapa do sindicato eram sistematicamente denunciadas: a alegação é de que eles eram comunistas. Ele próprio foi detido no quartel militar, mas logo foi dispensado. Conclui dizendo que se incomodou tanto naquele período que nunca mais se candidatou a nada e muito menos se envolveu com o sindicato, confirmando a assertiva de ROLNIK:

Por medo da marginalização na qual corremos o risco de ser confinados quando ousamos criar qualquer território singular, isto é, independente de serializações subjetivas; por medo de essa marginalização chegar a compreender até a própria possibilidade de sobrevivência (o que é plenamente possível), acabamos reivindicando um território no edifício das identidades reconhecidas. (1996:12)

Esse medo faz com que se viva em dissonância com a própria consciência, ocasionando uma padronização do desejo, produzindo subjetividades cada vez mais adequadas ao sistema de produção.

A campanha difamatória contou inclusive com a participação do vigário da Paróquia São Paulo Apóstolo, que se envolveu pessoalmente na eleição de Itajaí até Rio do Sul, ou seja, nas áreas de atuação da FORÇALUZ, pedindo que os trabalhadores não votassem na Chapa 2, pois era de comunistas. Com toda essa campanha difamatória eles perderam a eleição por 6 votos, recorreram ao Ministério do Trabalho e a eleição foi

⁷¹ Pedro Kraus, op. cit.

anulada. Chamaram novas eleições e ganharam. Interessante observar este trecho do depoimento de Gonçalves:

Como estávamos pintados de vermelho, eu não nego que a partir do momento em que me chamaram de comunista, fui procurar o que era. Foram eles que me induziram a saber, a conhecer o que era, o que o camarada tem que ser para ser comunista. Eu não tinha passagem pela polícia, não era bandido, nem ladrão, nem vagabundo. Fui procurar na literatura, conversar com as pessoas. Fui tachado de comunista porque não defendia patrão⁷².

A partir da vitória as vidas desses personagens mudaram radicalmente. Ganharam, mas nunca assumiram a Presidência do Sindicato. Ao contrário, foram presos e torturados. Maneca ficou um ano preso e logo depois morreu. Alfredo também ficou um ano preso. Perdeu o emprego. Esperou em liberdade o julgamento. Ele, a esposa e os três filhos passaram sérias dificuldades. Desempregado, mudou de cidade. Mentiou para conseguir trabalhar. Em 1970 foi condenado a 8 anos de prisão. Primeiro fugiu, depois teve que se entregar para que a família tivesse direito a pelo menos o auxílio reclusão. Ficou mais um ano preso, até novo julgamento. Finalmente, foi inocentado por unanimidade, pois não havia nenhuma prova contra ele.

Alfredo Gonçalves é testemunha viva e anônima da brutalidade dos regimes ditatoriais. Lutando pelos direitos dos trabalhadores perdeu tudo, mas nunca perdeu a esperança e a lucidez: *Naquela época era muito fácil caluniar, imaginar o pior. Principalmente quando o indivíduo está na ânsia de ser herói, ele tem que produzir o bandido.* *Eu exerci algumas atividades políticas, sindicais, política-partidária. É um*

⁷² Alfredo José Gonçalves. op. cit.

direito meu. É um exercício de cidadão. A cidadania não se ganha de presente, se conquista.

O que não significa que a sua experiência não tenha sido apropriada pela FORÇALUZ. Com a dispensa de Gonçalves, a empresa exerceu seu poder usando-o como modelo. Assim, conseguiu impedir qualquer tentativa de organização sindical independente e representativa dos trabalhadores.

No dia 24 de abril de 1964 a CELESC incorporou a FORÇALUZ. De todas as empresas incorporadas era a que tinha maior capital social e patrimônio líquido. Naquele ano Blumenau foi a cidade que mais consumiu energia elétrica em Santa Catarina com 48 milhões de Kwh/ano, seguida de Joinville com 40 milhões Kwh/ano.

A incorporação foi a consequência de vários debates que vinham ocorrendo no país desde a década de 50. Esta década pode ser considerada um marco na história da estatização do setor elétrico. O governo federal, em decorrência destes debates entre correntes antagônicas, começa a legislar e intervir no setor criando, em 1954, o Imposto Único e o Fundo Federal de Eletrificação⁷³. O Imposto Único destinava-se à cobertura complementar de investimentos energéticos do Poder Público, incidindo sobre o consumo de energia elétrica, sendo destinado 50% aos Estados, 40% à União e 10% aos Municípios. Enquanto o Fundo Federal de Eletrificação buscava cobrir parte das inversões em eletricidade, com o valor arrecadado através do Imposto Único.

⁷³ Lei n.º 2.308 de 1954.

Em 1955 assumiu a Presidência da República Juscelino Kubitschek com uma política desenvolvimentista e estatizante, definindo as áreas de aplicação de investimentos. Assim, o capital estrangeiro dedicar-se-ia à produção de bens duráveis, o capital privado nacional aos bens de consumo, enquanto o Estado cuidaria do setor de bens de produção. Esse tripé econômico, que garantiria a *grandeza nacional*, outorgava ao Estado o dever de, através de uma economia planejada, propiciar as bases para o projeto de modernização. Neste cenário, a energia elétrica revestiu-se de extrema importância, sendo uma das metas principais nos planos de governo.

Instituiu-se, portanto, um Conselho de Desenvolvimento em substituição à Assessoria Econômica, responsável pelo Plano de Metas do Governo. Também criou-se o Ministério das Minas e Energia⁷⁴, que elaborou um Plano Nacional de Eletrificação. A sua execução pressupunha uma integração técnica e econômica da expansão, a ser implementada pelos governos federal e estadual e pelas concessionárias privadas. Apesar do Plano não ter sido formalmente aprovado, ficando sete anos em discussão no Congresso Nacional, suas propostas balizaram a expansão futura da indústria de energia elétrica no Brasil. Ele somente foi aprovado após várias alterações ao texto original, em 1961, já no Governo Jânio Quadros.

O Plano, contudo, deixava em aberto a questão do equilíbrio econômico das empresas de energia, dado que o Governo investia apenas por via fiscal, o que não

⁷⁴ Lei n.º 3.782 de 1960.

solucionava a questão da capacidade de investimento no setor. Além disso, com sua eterna vocação burocrática, o governo, para viabilizar o Plano Nacional de Eletrificação criou novos instrumentos administrativos, pois os existentes - a Divisão de Águas e o Conselho Nacional de Águas e Energia - órgãos diretamente ligados à Presidência da República, foram considerados desaparelhados para executar as novas atribuições do Estado (BHERING, 1988:126-7).

Para preencher essa lacuna institucional e administrativa o Governo Federal, já presidido por Jânio Quadros, criou uma sociedade por ações denominada Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS⁷⁵. Esta passou a ser a executora da política energética do Governo Federal, conforme as diretrizes do Ministério das Minas e Energia, sendo igualmente a principal financiadora dos empreendimentos que o setor realizaria no país. Preenchida a lacuna institucional e administrativa, ainda era necessário resolver duas questões polêmicas no setor elétrico. A primeira, era a auto-suficiência econômica e financeira da ELETROBRÁS e a segunda a integração física do sistema elétrico.

A primeira questão foi resolvida através da criação do empréstimo compulsório, em 1962, que seria *ad valorem* sobre as contas dos consumidores. Estes, a partir de 1964, já sob regime militar, passariam a pagar o empréstimo compulsório e receberiam obrigações da ELETROBRÁS, a serem resgatadas em dez anos, com juros de 12% a.a., sem correção monetária; e com a reformulação da cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE⁷⁶ - que passou a ser calculado *ad valorem* sobre uma tarifa fiscal, correspondente a

⁷⁵ Projeto de Lei n.º 4.280 de 1961.

⁷⁶ Lei n.º 4.156 de 1962.

média nacional das tarifas cobradas. A segunda questão seria resolvida com a criação da Comissão para Unificação de Frequência – CUF⁷⁷ - que editou uma Lei⁷⁸ obrigando as empresas de energia a unificar a frequência em 60 ciclos (BHERING, 1988:131).

Como forma de se integrar às iniciativas do Governo Federal, em 1951 foi criada a primeira lei catarinense sobre energia elétrica⁷⁹ no governo de Irineu Bornhausen. Essa lei criou a Comissão de Energia Elétrica – CEE - e regulamentou suas atribuições e finalidades. A Comissão foi presidida pelo engenheiro Udo Deeke, Diretor da FORÇALUZ desde 1947, e objetivava o levantamento do potencial hidrelétrico de Santa Catarina já explorado e as possíveis ampliações.

O trabalho da CEE detectou que, em 1952, o Estado possuía 52.000 Kw de energia gerada, sendo 34.000 por hidrelétricas e 18.000 por termelétricas⁸⁰. Da mesma forma, sugeriu a criação de um órgão governamental para ampliar a construção, exploração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado.

Para tanto foi criada, em dezembro de 1955, uma empresa *holding*, as Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC⁸¹ -, destinada a construir e explorar os sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. No mesmo dia foi criada

⁷⁷ Criada em 1961 pelo CNAEE.

⁷⁸ Lei n.º 4.454 de 1964.

⁷⁹ Lei n.º 505 de 1951.

⁸⁰ Para se ter noção da importância da FORÇALUZ para o desenvolvimento da região, é preciso lembrar que suas duas usinas (Salto e Cedros) geravam 13.700 Kw, equivalendo a 40,29% da energia gerada por usinas hidrelétricas e 26,35% do total da energia gerada no Estado

⁸¹ Decreto Estadual n.º 22 de 1955.

a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S.A. – ELFFA⁸² -, com os mesmos objetivos porém com atuação na região do município. A CELESC passou em 1961, a ter o controle acionário da ELFFA, incorporando-a em 1963.

Em Santa Catarina o Plano de Obras e Equipamentos - POE - que começou a ser executado no governo de Jorge Lacerda (1956-1958), detectou a complementação térmica como melhor opção para a insuficiência de energia elétrica no Estado. Contudo, esta iniciativa não encontrou apoio para as obras programadas. Com a prematura morte dele em um acidente de avião, tomou posse o Vice-Governador Heriberto Hülse (1958-1960) e nada mais se operacionalizou no setor elétrico. Na realidade, principalmente levando-se em consideração que havia uma programação oficial de auxílio e assistência às empresas, a potência instalada nas décadas de 50 a 60 foi insignificante

Alem disso, na década de 50, o Banco do Brasil concedeu à Região Sul 174 bilhões de cruzeiros para financiar obras, sendo que, desta importância, o Rio Grande do Sul ficou com 59%, o Paraná com 33% e Santa Catarina com apenas 8%. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE -, no mesmo período, concedeu 5 bilhões de cruzeiros para o setor de energia elétrica, indústrias básicas e setores complementares de atividade agropecuária. Desta quantia, novamente, o Rio Grande do Sul ficou com 74%, o Paraná com 19% e Santa Catarina com 7%. Para SCHMITZ (1992), estes dados demonstram que o Estado era preterido na repartição de recursos de financiamento, talvez pela pequena influência no plano federal. O crédito, naquela como nesta época, era

⁸² Decreto Estadual n.º 21 de 1955.

concedido mais ao sabor de critérios e injunções políticas das superiores autoridades bancárias e financeiras, em lugar de se ajustar às reais necessidades da população.

Em 1960, Celso Ramos assume o governo de Santa Catarina. Inicia-se, então, a execução do Plano de Metas do Governo - PLAMEG. Sua primeira meta era o aumento da potência de energia elétrica *per capita* no estado. Para tanto, criou-se um plano quinquenal em três etapas. A primeira, visava o aumento de potência das usinas ou o término de suas construções. A segunda, previa a construção de novas usinas e linhas de transmissão e, a terceira estabelecia um plano de eletrificação rural. Entretanto, para a execução desse plano, eram necessários investimentos.

Segundo Zadrosny, a CELESC era

... uma empresa praticamente só de nome, não tinha nada. O Estado estava falido, o setor de energia elétrica nem se fala. Fizemos um levantamento e pedimos uma reunião. Reunimos todos os técnicos das empresas de energia. Fizemos um planejamento geral: linhas de transmissão para ligar o Estado e o que fazer com as usinas que estavam sendo construídas, o que fazer com as obras em andamento, etc. Esta reunião demorou alguns dias e, no final, resultou num planejamento geral⁸³.

De acordo com o mesmo informante, ela

surgiu no momento em que se defendia a necessidade de uma empresa forte que pudesse buscar subsídios para investir no setor elétrico. As empresas de energia elétrica no estado estavam deficitárias, pois as tarifas não cobriam os custos e estas não conseguiam empréstimos pois ninguém cede capital para uma empresa deficitária. Era preciso transformar a CELESC em uma empresa forte, o que não era possível sem a absorção das subsidiárias. Nós íamos ao DENAE discutir as tarifas e éramos o representante do Estado, enquanto os outros eram apenas representantes de uma companhia do interior do estado. A nossa posição era bem mais forte. Com esta análise, foram feitos

⁸³ Júlio Horst Zadrosny. Em entrevista concedida à autora. Foi o mais duradouro Presidente da CELESC, permanecendo no cargo durante dez anos (1961-1971). Era Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau e ligado ao Governador Celso Ramos. Essa escolha não ocorreu aleatoriamente. É preciso que se diga que ele representava, além das empresas blumenauenses, a FORÇALUZ e o médio Vale do Itajaí. Sendo que Blumenau e Brusque, naquela época eram responsáveis, segundo o Censo Industrial de 1970 do IBGE, por 2/3 do valor da produção têxtil do Estado.

levantamentos das empresas de energia elétrica existentes no estado, o valor patrimonial de cada uma delas, etc. Fizemos os planos de incorporações, incorporamos uma por uma. Começamos com o sul, depois Joinville, Blumenau, Curitiba, Joaçaba. A CELESC não se transformou só numa holding como numa importante distribuidora de capital. Não era mais a concorrente. A obra mais importante para a população, onde faltava mais a gente fazia. Pois faltava, faltava em todo lugar.

Na incorporação destas empresas, inclusive da FORÇALUZ, segundo Wilmar Dalanhol, a CELESC *garantiu a presença dos acionistas anteriores, como acionistas preferenciais, e acionistas que receberam dividendos durante muitos anos. Foi estabelecido estatutariamente, por lei estadual a garantia de dividendos mensais. Então durante anos, a CELESC independente de ter ou não resultado, pagou dividendos religiosamente*⁸⁴.

A FORÇALUZ, agora incorporada e transformada em regional da CELESC em Blumenau, passaria por duas grandes modificações. A primeira foi em relação aos trabalhadores, que novamente viram seus territórios existenciais dentro da empresa, se modificar. Como pode perceber-se no depoimento a seguir:

*As empresas eram propriedades privadas, então cada uma tinha lá seus padrões técnicos, administrativos e com a incorporação foi preciso homogeneizar, porque, afinal de contas, formou-se uma empresa, que é a CELESC. Os padrões técnicos e administrativos tiveram que ser reduzidos ao mesmo denominador. Para poder funcionar isso deu um certo trabalho, o que é natural. A reação própria das pessoas acostumadas a trabalhar de um modo, depois tem que trabalhar de outro, mas vagarosamente a CELESC foi conseguindo, conquistando terreno, conseguiu chegar a uma homogeneização razoável*⁸⁵.

⁸⁴ Wilmar Dalanhol. Em entrevista concedida à autora. Diretor financeiro da CELESC na época das incorporações, conta que diferentemente das regras normais da Sociedade Anônima onde se houver lucro se distribui dividendos entre os acionistas preferenciais, a CELESC garantiu por Lei que o acionista da empresa incorporada teria um percentual mensal de retirada, independente de lucro ou prejuízo.

⁸⁵ Júlio Zadosny. op. cit.

Essa homogeneização foi atingida com a criação do Centro de Treinamento da CELESC, que primeiramente se denominou Centro de Aprendizagem e Treinamento de Ilhota - CATI e depois Centro de Formação e Aperfeiçoamento - CEFA, e o Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina⁸⁶.

A segunda grande modificação foi de cunho político, conforme se pode inferir pela consulta aos relatórios e correspondências pós-estatização. Uma correspondência do Diretor Comercial da CELESC ao Administrador Regional da antiga FORÇALUZ em Blumenau, por exemplo, solicita que se repense as tarifas de energia elétrica para as indústrias, criando uma tarifa especial para consumidores com demanda mínima de 2.000 Kw, como uma forma de atrair investimentos ao Estado. Ele cita o caso da Fábrica de Cimento Portland que possuía um consumo de 90.000 Kw mensais e que devido as tarifas da FORÇALUZ continuava operando com seu sistema próprio de geradores diesel.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, em resposta a uma correspondência recebida do Diretor do Hospital Azambuja de Brusque, pedindo um abono, desconto ou isenção para a energia consumida pelo Hospital, este mesmo dirigente da CELESC nega o pedido, amparado no artigo 177 do decreto n.º 41.019 de 1957, em que se estabelece que não há distinção entre consumidores, sem exceções, nem as ditas especiais.

⁸⁶ Ata da Assembléia Geral das Centrais Elétricas de Santa Catarina do dia 1 de dezembro de 1965. Nesta Assembléia foi deliberado a criação do Centro de Treinamento da CELESC, que num primeiro momento foi feito em parceria com a Sotelca, depois ambas montaram seus próprios centros de Treinamento. Além disso foi deliberado a assinatura de um Convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, para a criação do curso de engenharia elétrica. Para tanto a CELESC contribuiria com recursos financeiros suficientes para a instalação e manutenção do Curso, para isso foi criada a Fundação para o Ensino de Engenharia em Santa Catarina - FEESC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização do Vale do Itajaí pode ser mais adequadamente entendida quando não se separam os seus desdobramentos de forma setorializada e estanque. Conforme se observou, os seus diversos estratos imbricavam-se em incontáveis agenciamentos. O comércio, a indústria, as finanças e suas casas bancárias, a política e a família estavam em contínuo movimento, sendo quase impossível estabelecer o começo, o meio e o fim de cada um deles.

Na abordagem aqui adotada procurou-se, senão abolir, pelo menos minimizar os conceitos de causalidade e consequencialidade, no sentido de considerar que o comércio foi causa e precedeu a industrialização; que esta antecedeu e determinou a formação dos bancos; que a capitalização, por sua vez, provocou a dominação política e assim por diante. Até porque, conforme apontou-se no **agenciograma**, o comércio somente se estabeleceu devido a um emaranhado de relações. Ou seja, quem comprava de quem, quem vendia para quem, quem negociava, quem financiava, quem emprestava, quem trabalhava para quem. O mesmo acontecendo no estrato industrial, bancário, político e familiar.

A história da FORÇALUZ, nesta perspectiva, não poderia ter sido escrita fora do seu contexto situacional. A sua fundação, consolidação e incorporação somente ganharam sentido quando relacionadas ao contexto histórico e social mais amplo. O mesmo pode ser dito dos seus fundadores. Os personagens que entraram para a crônica histórica como heróis míticos, empreendedores schumpeterianos que souberam assumir os riscos e

determinar o futuro, ganharam outra dimensão, quiçá mais verdadeira, quando foram estabelecidas suas mútuas e múltiplas relações.

Neste quadro mais complexo foi também levado em conta o Estado, indicando-se os seus diversos papéis. Primeiro, como regulador do setor elétrico e, depois, como francamente interventor, a ponto de estatizar as empresas. O desdobramento final de sua atuação, retirando-se do setor e promovendo a privatização das empresas estatais, não foi aqui contemplado pela limitação temporal da dissertação. Assim, procurou-se demonstrar que o Estado, manifestando-se pelas leis, decretos e formação de agências reguladoras, também determina e impele os agenciamentos e a produção de subjetividades.

A questão da produção de subjetividade não foi esgotada, o que seria demasiada pretensão. A utilização deste conceito, no entanto, permitiu compreender que os modos de produção capitalísticos não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, *valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modo de financiamento. Elés funcionam também através de um modo de controle da subjetivação* (GUATTARI, 1996:15).

Na FORÇALUZ a produção de subjetividade, pela associação entre discursos e práticas, assegurou a exploração dos trabalhadores, neutralizou a dicotomia entre opressor e oprimido, explorador e explorado, tornando a riqueza e o poder moral e socialmente aceitos e justificados. Mais ainda, atuando na esfera dos agenciamentos de enunciação, impôs de tal maneira a obediência as normas prescritas, que pode-se pensar que o trabalhador

projetou esta ordem na realidade do mundo e na realidade psíquica, *partindo do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada* (GUATTARI, 1996:42).

Assim, o trabalhador é subjetividade à medida que se submete, mas ele também se reapropria desses componentes de subjetivação, se singularizando, recriando e reinventando um novo território existencial. Exemplo disto são todas as estratégias dos trabalhadores diante da cultura organizacional. As máquinas produtoras de subjetividades buscam sempre se apropriar destes componentes de subjetivação, desterritorializando-os para os axiomatizar em novos saberes, ao mesmo tempo em que reterritorializa outros componentes.

Nesta dinâmica, por um lado, *as máquinas produtoras de subjetividade* procuram serializar o trabalhador. Por outro lado, o trabalhador busca a apropriação destas formas de produção de subjetividade, tentando singularizar-se: quanto mais tempo de empresa, mais difícil torna-se para o trabalhador essa singularização; quanto maior o tempo de convívio com as máquinas produtoras de subjetividade, mais elas serão naturalizadas, fazendo parte da vida do trabalhador.

Os depoimentos dos trabalhadores apontaram nesta direção. Durante o período em que trabalharam, estiveram tão intensamente submetidos a uma produção de subjetividade, que somente foram capazes de compreender a dinâmica da empresa e a exploração a que

estiveram submetidos muitos anos depois de aposentados. Ao rememorar, reconhecem que aqueles tempos foram de “escravidão”.

A empresa retirou do trabalhador o seu tempo de reflexão e seu corpo foi apenas força a ser controlada. Um corpo-máquina, um corpo disciplinado às utilidades econômicas, em um processo em que a produção era o único e primordial objetivo. Dominado pelo afeto, tornando a força desnecessária, o trabalhador identificou-se com o patrão, obedeceu às normas de forma natural, transmutou o espaço público em privado, perdeu a perspectiva do trabalho como território de lutas e, finalmente, afeiçãoou-se à empresa.

Contudo, apesar da crítica à cultura organizacional, permaneceu uma concepção schumpeteriana. Contraditoriamente, não mais do empreendedor, mas do trabalhador que se subjetiva como herói, por ter construído, resistido e sobrevivido, em meio a tantos que sucumbiram pelo caminho. Ele continua apegado às usinas e às máquinas. Elas é que deram sentido às suas vidas.

FONTES

1. MANUSCRITOS

- Atas de Assembléias Gerais 1920 - 1964
- Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias 1920 - 1964
- Livros Diário n°s. 1 - 30 da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.
- Livro Presença dos Acionistas da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. 1920 - 1964
- Livro de Contratos Superintendência de Blumenau
- Livros Diários das Usinas Salto, Cedros e Palmeiras.

2. IMPRESSOS

2.1. Correspondências

- Correspondência enviada pelo Engenheiro Fiscal das obras da Usina Cedros à Diretoria da FORÇALUZ em 21 de abril de 1948.

2.2 Diversos

- Resoluções da Superintendência de Blumenau desde 1890
- Livro de Contratos da Superintendência de Blumenau

- Pasta de documentos da Constituição da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.
- Relatórios de Tombamentos da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.
- Balanços Gerais de 1922-1964
- Inventário da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. 1920-1960
- Pasta de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica celebrados com a Prefeitura Municipal de Blumenau.
- Relatório de 1910 apresentado ao Conselho Municipal. In: Blumenau em Cadernos, Tomo X, nº 5, maio 1974.
- Dossiê Gustavo Stamm - Blumenau - Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.
- Relatório e Balanço da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. 1940 - 1964
- Projetos da construção da Usina Salto Weissbach da Empresa de Eletricidade Salto.
- Projetos da construção da Usina Cedros da FORÇALUZ.
- Projetos da construção da Barragem da Bacia de Acumulação Pinhal da Usina Cedros da FORÇALUZ.
- Memorial Descritivo da Bacia de Acumulação Pinhal da Usina Cedros da FORÇALUZ.
- Projetos da construção da Usina Palmeiras da FORÇALUZ.
- Projetos da construção da Barragem da Bacia de Acumulação da Usina Palmeiras da FORÇALUZ.
- Memorial Descritivo da Bacia de Acumulação da Usina Palmeiras da FORÇALUZ.
- Projeto do Complexo Cedros-Palmeiras
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1952 . Governador: Irineu Bornhausen. Florianópolis. Imprensa Oficial.
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1954 . Governador: Irineu Bornhausen. Florianópolis. Imprensa Oficial.
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1956. Governador: Jorge Lacerda. Florianópolis. Imprensa Oficial

- Irineu Bornhausen: Síntese de quatro anos de governo. Governador de Santa Catarina: Irineu Bornhausen. Imprensa Oficial.
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1959. Governador: Heriberto Hülse. Florianópolis. Imprensa Oficial
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1960. Governador: Heriberto Hülse. Florianópolis. Imprensa Oficial
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1964. Governador: Celso Ramos. Florianópolis. Imprensa Oficial
- Mensagem do Governo do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1965. Governador: Celso Ramos. Florianópolis. Imprensa Oficial
- Relatório da Divisão de geração da CELESC de 1982.
- Relatório: **CELESC** - 40 anos Um Olhar Social. 1995.
- Projetos de aproveitamento do Rio Cedros
- Contrato realizado entre a FORÇALUZ e a Empresa de Eletricidade Tijuquense em 30.11.1928.
- Plano Quinquenal de Eletrificação do Governo Celso Ramos de dezembro de 1963 - Aproveitamento Hidrelétrico Cedros/Palmeiras - 1ª Etapa.
- Proposta de Melhorias Técnicas/Recursos Humanos para as Usinas Hidrelétricas Rio dos Cedros e Palmeiras. CELESC - Diretoria de Engenharia e Operação. Florianópolis, 1994.

2.3 Legislação

- Resolução nº26 de 1897 da Superintendência Municipal de Blumenau
- Decreto-lei nº 5.407 de 1904
- Resolução nº.43, de 1908 da Superintendência Municipal de Blumenau

- Lei n. 50 de 1910 - do Município de Blumenau
- Decreto n.º 24.643 de 1934
- Processo n.º 265/35 de 1935
- Decreto-lei n.º 2.079 de 1940.
- Lei constitucional n.º 6 de 1942
- Decreto n.º 15.386 de 1943
- Decreto n.º 19.617 de 1945
- Decreto Federal n.º 8.306 de 1945
- Portaria Ministerial n.º 405 de 1948
- Lei n.º 290 de 1948
- Lei n.º 605 de 1949
- Lei n.º 505 de 1951
- Decreto n.º 30.362 de 1951
- Decreto n.º 34.926 de 1954
- Lei n.º 2.308 de 1954
- Lei n.º 1.365 de 1955
- Decreto Estadual n.º 21 de 1955
- Decreto Estadual n.º 22 de 1955
- Decreto Federal n.º 39.015 de 1956
- Lei n.º 3.119 de 1957
- Lei n.º 3.782 de 1960
- Projeto de Lei n.º 4.280 de 1961
- Lei n.º 4.156 de 1962

- Lei n.º 4.454 de 1964

2.4 Periódicos

- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 22.05.1897. Tradução Edith Sophia Eimer
- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 25.04.1914. Tradução Edith Sophia Eimer
- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 23.05.1914. Tradução Edith Sophia Eimer
- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 22.06.1914. Tradução Edith Sophia Eimer
- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 08.08.1914. Tradução Edith Sophia Eimer
- Jornal de Blumenau: **Blumenauer Zeitung** de 23.12.1914. Tradução Edith Sophia Eimer
- Diário Oficial do Estado de São Paulo de 23.05.1920
- Diário Oficial da União de 28.11.1945
- Diário Oficial da União de 16.06.1948
- Diário Oficial da União de 01.11.1951
- Diário Oficial da União de 22.10.1952
- Jornal da CELESC: **Circuito** de 22.10.1994
- Jornal de Manaus: **A CRÍTICA** de 15.11.1997
- Jornal de São Paulo: **Folha de São Paulo** de 07.10.1997
- Revista Mundo Elétrico. São Paulo: maio de 1966
- Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Microfilme na Biblioteca da Universidade de Santa Catarina sobre a FORÇALUZ , quando era sediada em São Paulo (1920-1924)

3. ENTREVISTAS

- **Aldo Silva.** Entrou na FORÇALUZ em 1955 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em junho de 1996.
- **Alfredo José Gonçalves.** Entrou na FORÇALUZ em 1959, tendo sido demitido em 1964, após sua prisão. Entrevista realizada em outubro de 1997.
- **Celso Vetter.** Entrou na CELESC em outubro de 1979. Começou como mecânico hoje é o chefe da oficina mecânica do DVOM. Entrevista realizada em junho de 1996.
- **Daniel Noering.** Entrou na CELESC em 1966. Foi ajudante de operador, auxiliar de operador, operador e encarregado da Usina Salto. Atualmente é aposentado. Entrevista realizada em setembro de 1997.
- **Félix Bertoldi.** Entrou na FORÇALUZ em 1948 tendo se aposentado após 35 anos de dedicação. Entrevista realizada em julho de 1995.
- **Fritz Mailer.** Entrou na FORÇALUZ em 1948 tendo se aposentado após 36 anos de dedicação. Entrevista realizada em setembro de 1997.
- **Itamar Ludovico Caetano.** Entrou na FORÇALUZ em 1955 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em agosto de 1995.
- **José Bertoldi.** Entrou na FORÇALUZ em 1948 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em julho de 1995.
- **Josef Grasel.** Entrou na empresa em 1951 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em maio de 1995.
- **José Renato Jansen.** Iniciou na CELESC em 1982, tendo o avô, pai, irmão e 3 tios que trabalharam na FORÇALUZ. Entrevista realizada em outubro de 1997.

- **Júlio Horst Zadrosny.** Presidente da CELESC de 1961 a 1971 e presidiu a incorporação da FORÇALUZ . Entrevista realizada em maio de 1995.
- **Júlio Kock Júnior.** Entrou na empresa em 1939 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em maio de 1995.
- **Juvenal Tamaselli.** Entrou na CELESC em 1973 na Usina Palmeiras como ajudante de manutenção e à 19 anos é operador da Usina Palmeiras. Entrevista realizada em julho 1996.
- **Lino Purin.** Entrou na empresa em 1953 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em julho de 1995. Faleceu em 1997.
- **Kurt Hoffmann.** Entrou na empresa em 1942 tendo se aposentado após 35 anos de dedicação. Entrevista realizada em maio de 1995. Faleceu em 1996.
- **Osmar Soares.** Entrou na empresa em 1961 tendo se aposentado após 35 anos de dedicação pela CELESC. Entrevista realizada em outubro de 1997. Foi Presidente do Sindicato na gestão 92-96, sendo atualmente Secretário Geral da Entidade.
- **Otávio Rausch.** Entrou na CELESC em 1972, atualmente ocupa o cargo de Auxiliar Técnico na Supervisão de Operação de Subestação e Usina, no DVOM do complexo Salto. Entrevista realizada em outubro de 1995.
- **Otávio Ribeiro.** Entrou na CELESC em 1964, trabalha na Usina Salto desde 1967.atualmente é operador de subestação. Entrevista realizada em novembro de 1997.
- **Pedro Kraus.** Entrou na empresa em 1950 tendo se aposentado após 34 anos de dedicação. Entrevista realizada em setembro de 1997.
- **Valdir Baumler.** Entrou na FORÇALUZ em 1954 tendo se aposentado pela CELESC. Entrevista realizada em julho de 1995.
- **Wilmar Dalanhol.** Diretor Financeiro da CELESC de 1963 a 1971. Entrevista realizada em setembro de 1995.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- BAKHTIN, Michael. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª ed..
- BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: As relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)**. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BHERING, Mário Penna. **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 4ª ed..
- BRANCO, Carlos. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância**. Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: Revista Brasileira de História. V.6, n.º 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. Org. Déa Ribeiro Fenelon, 1996.
- CECCON, Claudius et al. **A vida na Escola e a Escola da Vida**. Petrópolis: Vozes, 1991, 3ª ed..
- CONSELHO MUNDIAL DE ENERGIA. **Estatística Brasileira de Energia**. Rio de Janeiro: Comitê Nacional Brasileiro N.º 1, 1965.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1981.
- CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- _____. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

- CZESNAT, Ligia O. **As estruturas das atividades comerciais da empresa de Carl Hoepcke e Cia. No contexto catarinense.** Florianópolis: UFSC, 1980. Dissertação de Mestrado.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Guanabara Koognan, 1991.
- DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **1930: o silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEAN, Warren. **A industrialização em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1979, 3ª ed.
- _____. **A industrialização durante a República Velha – In: História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1995, 1º Vol. 4ª ed.
- _____. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELEUZE, G. **Foucault.** Lisboa: Veja, 1987.
- _____. & Guattari, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994 Vol. I.
- _____. & Guattari, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 Vol. II.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado Corporativista: O caso do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau – 1941 – 1950.** Florianópolis: UFSC, 1985. Dissertação de Mestrado.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997, 6ª ed.
- ELIAS, Norbert. **Alemães – A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Século 19 e 20.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997.
- ENTRES, Godofredo. **Gedenkbuch zur jahrkandert – Flier Deutscher Eiswanderung in Santa Catarina, 1929.** Tradução de Inge von Herwig.
- FAVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido: A construção das elites - Itajaí: 1929-1960.** Florianópolis:UFSC, 1996. Dissertação de Mestrado.
- FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de investigação.** Projeto História. São Paulo: PUC, (4), 1985.
- FERNANDES, Florestan e CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros no Sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Difel, 1975.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no Sul do Brasil. In: **Cadernos Pagu** (4), 1995. pp.117-142.

_____. **Oktoberfst: Turismo, festa e cultura na estação do chop.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 2ª ed..

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo: Papirus, 1991, 3ª ed.

_____. **Caosmose: Um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Da Produção de Subjetividade.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, in: **Imagem - Máquina - A Era das Tecnologias do Virtual.** André Parente (Org.).

_____ & Rolnik, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996. 4ª ed..

HÉMERY, D.; DEBIER, J. C. e DELÉAGE, J. P. **Uma história da energia.** Brasília: UNB, 1993.

HERING, Maria Luíza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de Desenvolvimento.** Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HILLESHEIM, Anselmo. **O crescimento do mercado interno em uma colônia do império: O caso de Blumenau: 1850-1880.** Florianópolis: UFSC, 1979. Dissertação de Mestrado.

HUMPL, Max. **Centenário de Blumenau.** Blumenau, 1979.

KLUG, João. **Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938).** Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

KORMANN, Edith. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985).** Blumenau: Edição da Autora, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1993, 3 vls.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

- JEITE, Antônio Dias. **A Energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 2ª imp..
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papiros, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1983.
- MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. Liberdades intersticiais. In: MORIN, Edgar. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: UFSC, 1993. pp.51-70.
- MAMIGONIAN, Anselmo. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**, julho-setembro de 1965.
- MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes Político-Empresariais de Santa Catarina (1961-1965)**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado.
- MELRO, Luiz de Freitas. Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A.. In: **Centenário de Blumenau**. Blumenau: Prefeitura Municipal. 1951.
- MENDES, José Amado. **Cultura Empresarial e “Nova História” de Empresas**. Congresso de História Econômica. Rio de Janeiro, 1996. Mimeo.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 52-62.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAOLI, Maria Cecília. **Identidade e cultura operária**. Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1996.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Catarinense de História**. Florianópolis: Terceiro Milênio, n.º 02, 1994. pp.35-44.
- _____; FLORES, Maria Bernadete Ramos (Org.). **(Re) Inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis**. Florianópolis: SÍNERGIA, 1994.
- PETRY, Suely Maria Vanzuita. **Os clubes de caça e tiro de Blumenau**. Florianópolis: UFSC, 1979. Dissertação de Mestrado.
- PONCE, Anibal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 1992, 2ª ed..
- RICHTER, Klaus. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992, 2ª ed..
- ROSA, Maria Inês. **Trabalho, Subjetividade e Poder**. São Paulo: Letras & Letras, 1994.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. **A lei de Terras (1850) e a Política Imperial - seus Reflexos na Província de Mato Grosso.** Revista Brasileira de História: Historiografia Propostas e Práticas. São Paulo: Ed. Contexto. Vol. 15, N. 30, 1995, p.115 a 136.

SANTOS, Sílvio Coelho. **Os Índios Xokleng.** Florianópolis: UFSC, 1997.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos Privados e Públicos de Santa Catarina: A trajetória do BDE. Contribuição à história bancária catarinense.** São Paulo: USP, 1992. Tese de Doutorado.

_____. **O Sonho Acabou: O Caso Inco.** Florianópolis: UFSC, 1993. Trabalho apresentado para concurso de Prof. Titular de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHUM PETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWAB, Aparecida Beduschi. **O Movimento Operário: Evolução do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau – 1950-1988.** Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre/Brusque: SAB, 1974.

_____. **Nacionalismo e Identidade étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: UnB, 1990.

_____. **A identidade teuto-brasileira em uma perspectiva histórica.** In: Cláudia Mauch e Naira Vasconcelos (orgs.). **Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história.** Canoas: ULBRA, 1994.

_____. **Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania: A imigração alemã e o Estado Brasileiro.** Rev. Bras. Cien. Sociais, (9), nº26, 1994.

SERPA, Élio Cantalício. **História da história do povoamento catarinense: a busca da identidade.** Florianópolis: UFSC, 1978.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A Carga e a Culpa. Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade. 1937-1968.** São Paulo: HUCITEC e Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau.** Florianópolis: EDEME, 1972.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. **A formação da classe operária.** São Paulo: Atual, 1991.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Vol. 3.

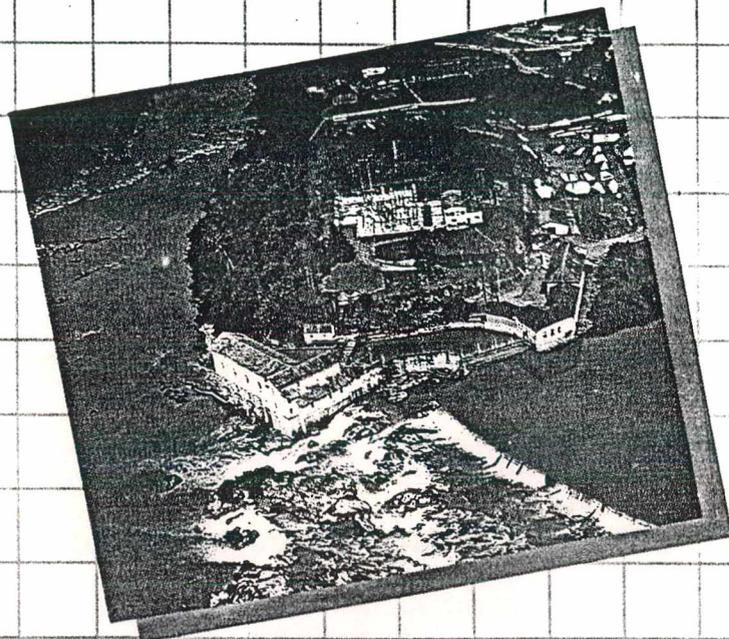
_____. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ANEXOS

- Anexo 1 – *Agenciograma*
- Anexo 2 – Cópia das especificações técnicas da Usina Salto Weissbach
- Anexo 3 – Cópia das especificações técnicas da Usina Cedros
- Anexo 4 – Cópia das especificações técnicas da Usina Palmeiras



UHE Salto

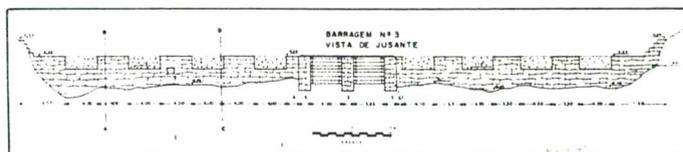
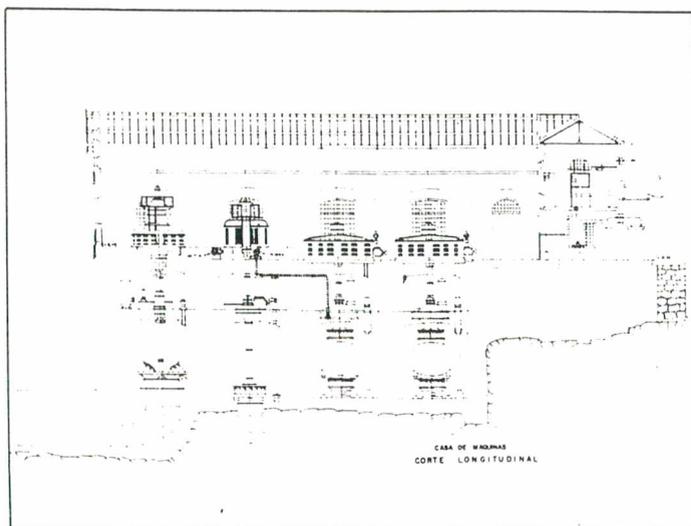


Características Hidráulicas

Rio: Itajaí-Açu
Queda Bruta: 10,50 m
Vazão do Projeto: 89,00 m³/s
Bacia Hidrográfica: Atlântico Sul/Sub-bacia 83
Área de Drenagem: 11.720 km²
Descarga Máxima Observada: 3.150,00 m³/s

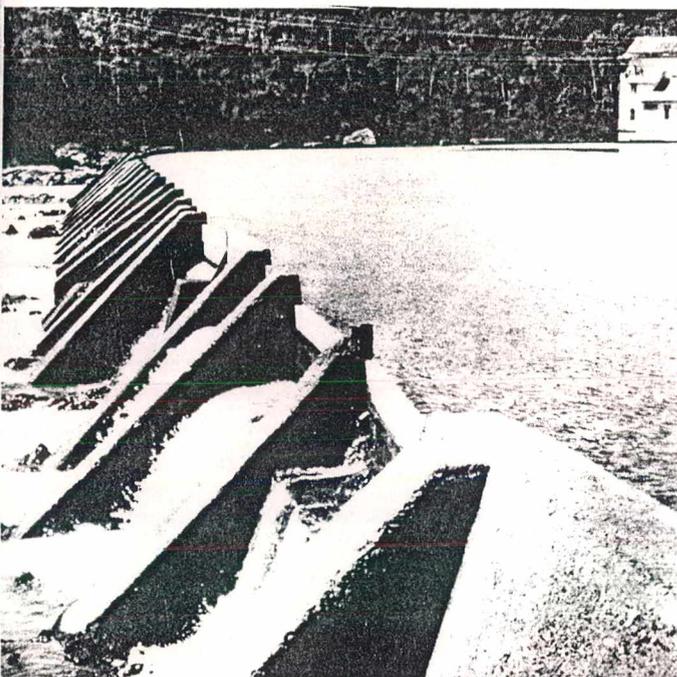
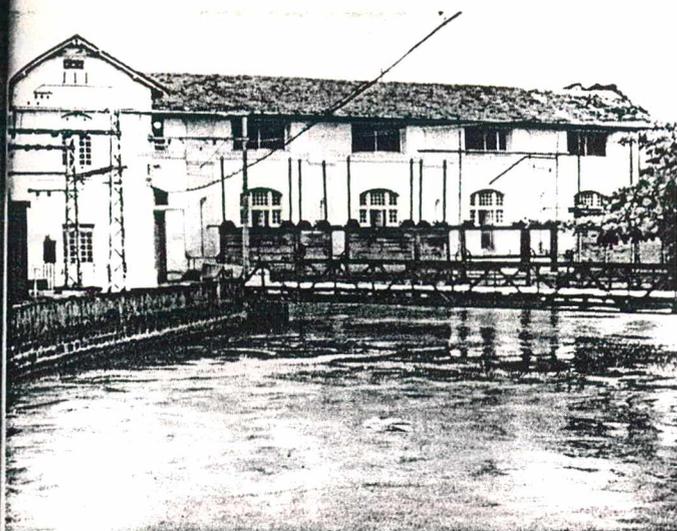
Reservatório

NA mínimo normal: 16,50
NA máximo normal: 18,27
NA máximo maximorum: 21,00
Volume Total: 635.000 m³
Volume Útil: 355.000 m³
Área Inundada: 0,0003 km²



Finalidade: Geração de Energia
Ano de Entrada em Operação: 1914
Capacidade Instalada: 6.300 kW
Localização: Blumenau

Longitude: 49° 21' W
Latitude: 26° 39' S
Projetista: Bromberg Hacker e Cia.

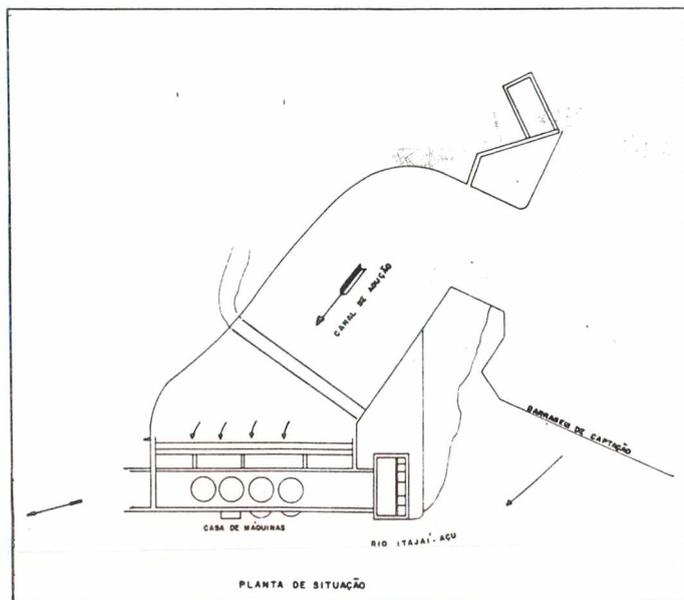


Barragens 1 - 2 - 3 - 4

Tipo: Pedra com Contrafortes
 Comprimento da Crista: 400,00 m
 Altura Máxima Sobre Fundações: 3,50 m
 Cota da Crista: 18,27

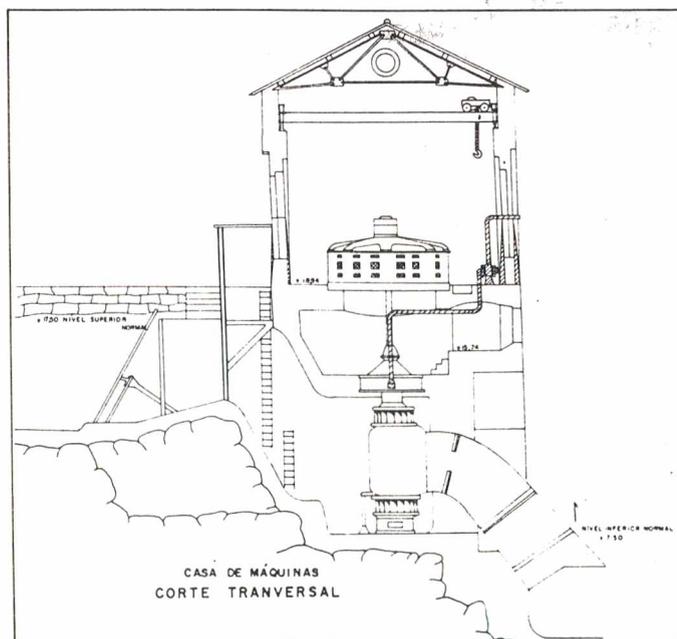
Estrutura de Concreto

Dispositivos de Descarga: Vertedouros/Comportas de Fundo
 Capacidade Total das Vazões: 3.500 m³/s



Casa de Força

Quantidade de Unidades Geradoras: 04
 Área: 639,00 m²
 NA mínimo: 6,90
 NA máximo: 7,75



Turbinas

Tipo: I e II - Francis / III - Hélice / IV - Kaplan
 Fabricação: I, II e IV - Voith / III - Escher Wys Schio
 Potência: I, II e III - 1.103 CV / IV - 1618 CV
 Velocidade de Rotação: 226 rpm
 Engolimento Nominal: 89,00 m³/s

Geradores

Fabricante: I e II - Brom Berg & Cia.
 III e IV - AEG-Berlin
 Tipo: I e II - CDS 187/1700
 III - MLWS 214/1800 IV - MLS 187/2601
 Potência Nominal: I, II e III - 1.400 kW
 / IV - 2.080 kW
 Velocidade Nominal: 226 rpm
 Tensão: 8.500 V



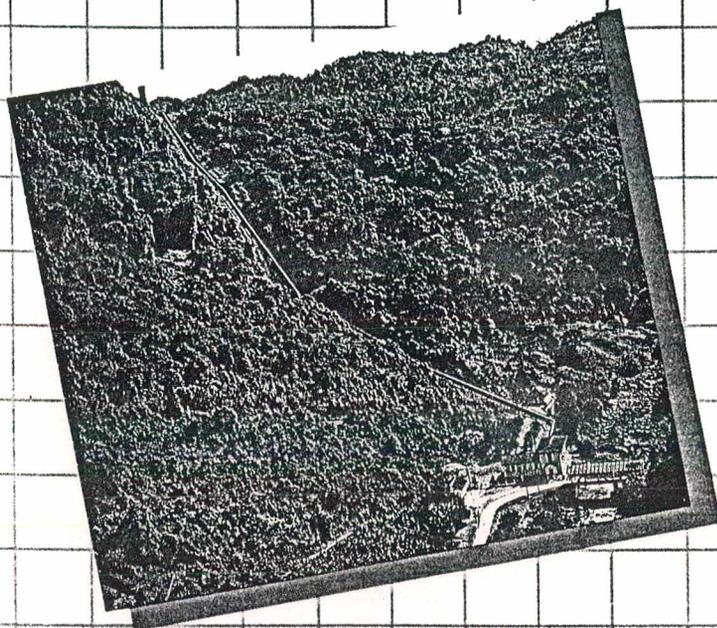
Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia





UHE Cedros

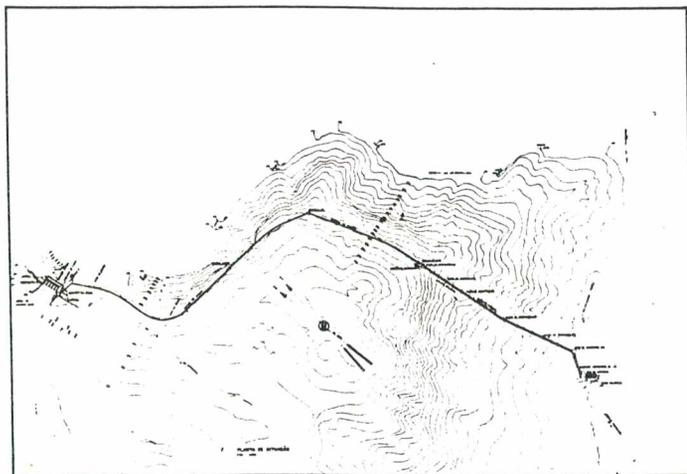


Características Hidráulicas

Queda Bruta: 222,50 m
Vazão de Projeto: 4,10 m³/s
Bacia Hidrográfica: Atlântico Sul/ Sub-bacia 83
Descarga Máxima Observada: 110,00 m³/s
Área de Drenagem: 378 km²
Rio: Dos Cedros

Reservatório de Captação

NA mínimo normal: 552,60
NA máximo normal: 563,10
NA máximo maximorum: 564,80
Volume Total: 1.880.000 m³
Volume Útil: 1.800.000 m³
Área Inundada: 0,096 km²



Reservatório de Regularização

NA mínimo normal: 640,00
NA máximo normal: 652,00
NA máximo maximorum: 652,00
Volume Total: 18.300.000 m³
Volume Útil: 18.000.000 m³
Área Inundada: 2,944 km²



Finalidade: Geração de Energia
Ano de Entrada em Operação: 1949
Capacidade Instalada: 7.600 kW
Localização: Rio dos Cedros
Longitude: 49° 28' W

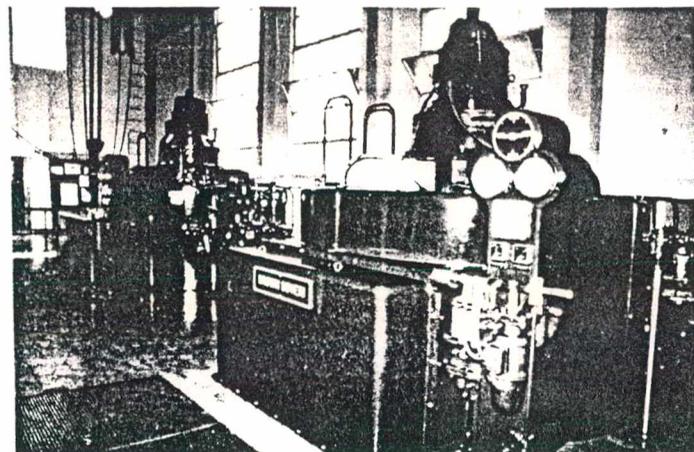
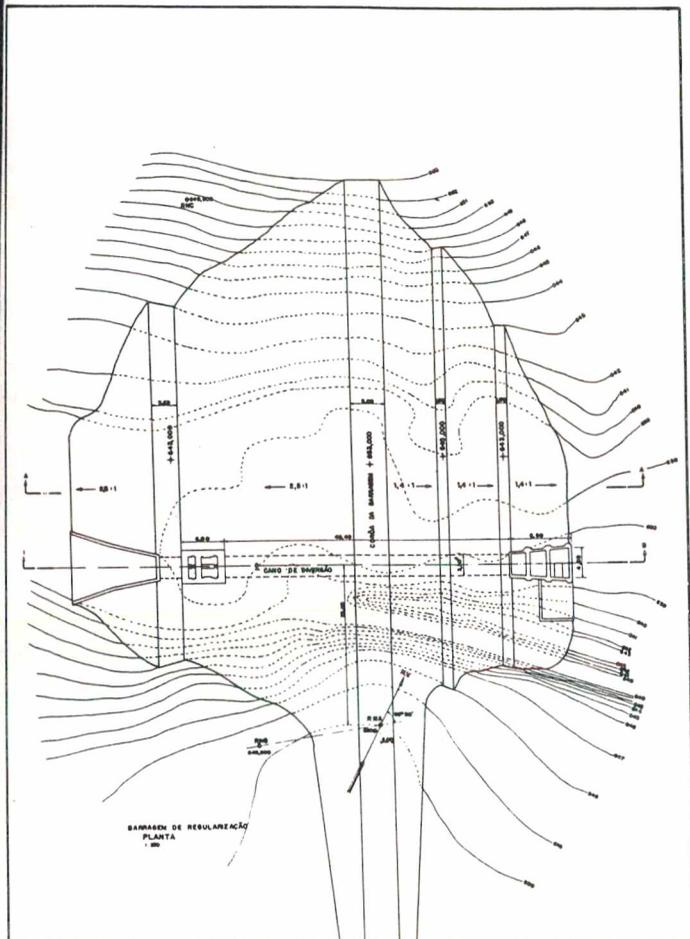
Latitude: 26° 36' S
Projetista: F.H. Knapp
Construtora: Bolliger e Moretti Ltda.
Montagem de Eletromecânicos:
Empresa Força e Luz Santa Catarina

Barragem de Captação

Tipo: Gravidade Concreto/Terra
Comprimento da Crista: 91,00 m
Altura Máxima Sobre Fundações: 17,00 m
Cota da Crista: 564,80

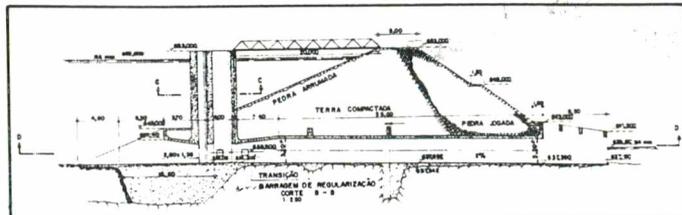
Barragem de Regularização

Tipo: Gravidade Concreto/Terra
Comprimento da Crista: 150,00 m
Altura Máxima Sobre Fundações: 15,00 m
Cota da Crista: 653,00



Casa de Força

Quantidade de Unidades Geradoras: 02
Área: 280,00 m²
NA mínimo: 304,60
NA máximo: 306,60

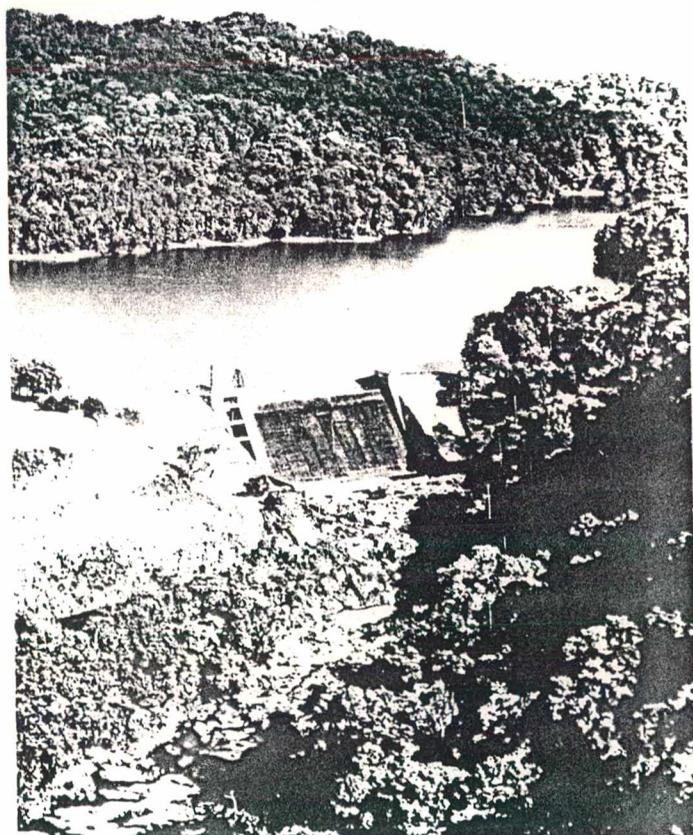


Turbinas

Tipo: Francis
Fabricação: Agbell
Potência: 4.360 CV
Velocidade de Rotação: 1.200 rpm
Engolimento Nominal: 2,05 m³/s

Geradores

Fabricante: Brown Boveri
Tipo: WAV266K
Potência Nominal: 3.640 kW
Fator de Potência: 0,7
Tensão: 3.300 V



Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia

Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.





Reservatório de Captação

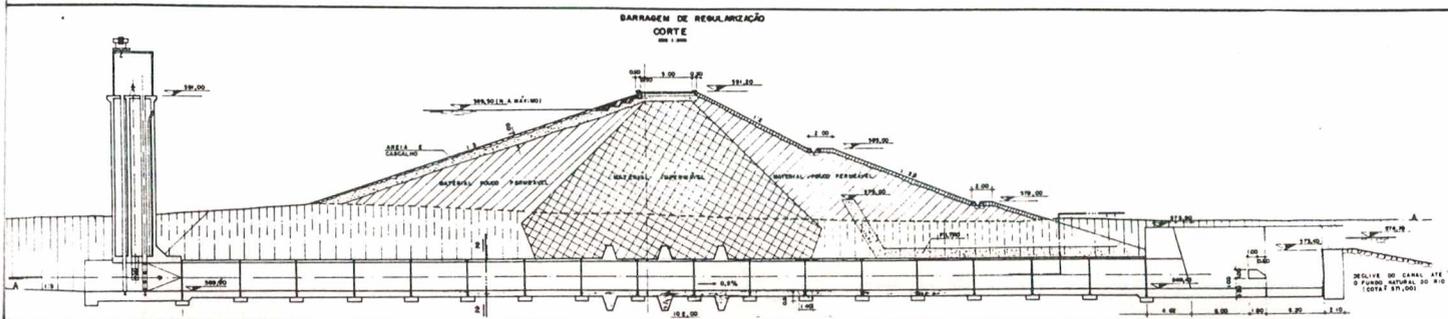
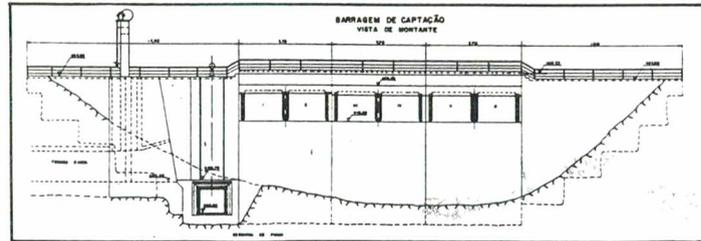
Altura mínima normal: 492,00
Altura máxima normal: 496,00
Altura máxima maximorum: 497,00
Volume Total: 150.000 m³
Volume Útil: 100.000 m³
Área Inundada: 0,02 km²

Reservatório de Regularização

Altura mínima normal: 575,00
Altura máxima normal: 589,50
Altura máxima maximorum: 589,50
Volume Total: 32.700.000 m³
Volume Útil: 32.000.000 m³
Área Inundada: 3,10 km²

Barragem de Captação

Tipo: Concreto Gravidade
Comprimento da Crista: 53,20 m
Altura Máxima: 10,00 m
Cota da Crista: 497,55



Barragem de Regularização

Tipo: Terra
Comprimento da Crista: 118,00 m
Altura Máxima: 19,00 m
Cota da Crista: 59,20

Estrutura de Concreto

Captação:

Dispositivos de Descarga: 6 S. / 1 D.F.
Número de Unidades: 07
Capacidade Total das Vazões: 160,00 m³/s

Regularização:

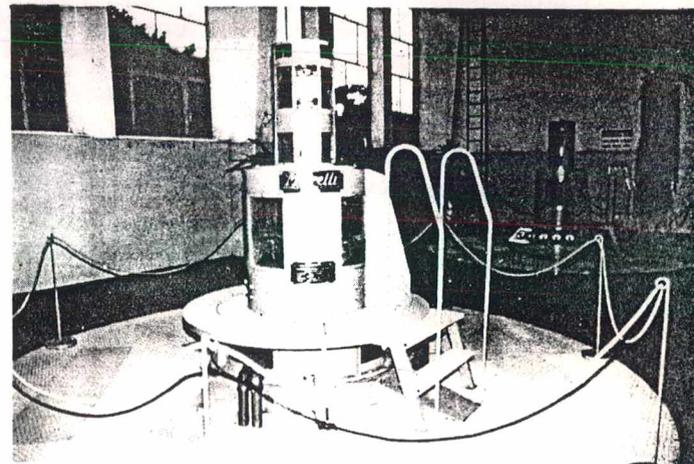
Dispositivos de Descarga: 2 C.C. / 1 D.F.
Número de Unidades: 03
Capacidade Total das Vazões: 150,00 m³/s

OBS.: C.C. = Comporta em Canal

D.F. = Descarga de Fundo / S = Sifão

Casa de Força

Área: 380,20 m²
Quantidade de Unidades Geradoras: 02
NA mínimo: 204,60
NA máximo: 206,40



Turbinas

Tipo: Francis - Eixo Vertical
Fabricação: Rivz Milzuo
Potência: 8.950 CV
Potência na Queda Mínima: 9.935 CV
Velocidade Rotação: 1.200 rpm
Velocidade de Disparo: 2.020 rpm
Engolimento Nominal: 7,10 m³/s

Geradores

Tipo: Ercoli Marelli
Potência Nominal: 8.800 kW
Fator de Potência: 0,8
Tensão: 6.900 V



Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia

